

# **“Pioneiros” do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola**

**Cássio Arruda Boechat**

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) – Vitória, Espírito Santo, Brasil.  
e-mail: cassio.boechat@ufes.br

**Fábio Teixeira Pitta**

Lateinamerika Institut, Freie Universität – Berlim, Alemanha.  
e-mail: pitta.fabio@gmail.com

**Carlos de Almeida Toledo**

Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo, São Paulo, Brasil.  
e-mail: catoledo@usp.br

## **Resumo**

O artigo delinea um entendimento sobre a fronteira agrícola que a pensa como historicamente constituída e passível de ter seus conteúdos modificados pelas transformações mais gerais da sociedade. Para tanto, retoma compreensões da Geografia tradicional e da Geografia crítica acerca da frente pioneira. Posteriormente, lidamos com as particularidades da formação nacional, chamando a atenção para a importância da universidade e da ciência no processo e na caracterização diferenciada da colonização em cada momento histórico. Por fim, adentramos a particularidade do MATOPIBA, trazendo três exemplos de formas de produção do espaço que podem revelar transformações mais gerais da maneira de se relacionar socialmente com a fronteira agrícola. Pesquisas recentes na região do MATOPIBA, tida como a última fronteira agrícola no Brasil, mostram um desmatamento da vegetação nativa já realizado por meio de maquinário moderno e uma alta incidência de trabalho análogo à escravidão. Ademais, a ação recente de imobiliárias transnacionais sugerem a presença de um capital financeiro antes avesso à imobilização em terras. O que poderia parecer como busca desses capitais pela extração direta de mais-valia absoluta e relativa em novas paragens pode todavia ser entendido igualmente como inversão de capitais fictícios sobreacumulados em busca de dar aparência de solidez a seus portfólios ou carteiras de “produtos”.

**Palavras-chave:** Territorialização do capital; *land grabbing*; MATOPIBA, capital fictício; crítica do valor

## **The “pioneers” of MATOPIBA, Brazil: the race for lands and for thesis over the agricultural frontier**

### **Abstract**

This paper grasps an understanding of the agricultural frontier which thinks of it as historically constituted and able to have its contents modified by the overall changes in society. Thus, it returns to formulations over the pioneer front made by the traditional Geography and by the critical Geography. Afterwards, we deal with the particularities of the Brazilian national formation, calling attention to the importance of the university and of science in the process and in the characterization of colonization in each historical moment. Finally, we focus the MATOPIBA region, in North and Northeast Brazil, bringing three different examples of space production forms that can reveal overall changes in the way to socially relate with the agricultural frontier. Recent researches in the MATOPIBA region, took as the final agricultural

frontier within Brazil, show deforestation already done by modern machinery and also a high level of slave analogous labor incidence. Moreover, recent actions by transnational state dealers suggest the presence of finance capital, in the past unlike to immobilize itself in land acquisitions. What could seem as a search for absolute and relative surplus value extraction in new sights can however be equally grasped as over-accumulated fictitious capitals invested as a manner to produce the appearance of solid portfolios.

**Keywords:** Capital territorialization; *land grabbing*; MATOPIBA; fictitious capital; critique of value.

## **Los “pioneros” del MATOPIBA, Brasil: la corrida por tierras y la corrida por tesis acerca de la frontera agrícola**

### **Resumen**

Este artículo intenta una comprensión de la frontera agrícola que la piensa como históricamente constituida y pasible de tener sus contenidos modificados por las transformaciones más generales de la sociedad. Para tanto, recurre a las comprensiones de la Geografía tradicional y de la Geografía crítica acerca de la frente pionera. Adelante, nosotros lidamos con las particularidades de la formación nacional, llamando la atención para la importância de la universidad y de la ciencia en el proceso y en la caracterización diferenciada de la colonización en cada momento histórico. Al final, adentramos la particularidad del MATOPIBA, en el Nuerte y en el Noreste de Brasil, traendo tres ejemplos de formas de producción del espacio que pueden revelar transformaciones más generales en la manera de se relacionar socialmente con la frontera agrícola. Estudios recientes en la región de MATOPIBA, tenida como la última frontera agrícola de Brasil, apontan a un desmatamiento de la vegetación nativa ya realizado por maquinario moderno y com una alta incidencia de trabajo analogo a esclavatura. Además, la reciente acción de firmas transnacionales inmobiliarias sugeren la presencia de un capital financiero antes desgustoso de invertir en tierras. Lo que podría parecer como búsqueda de esos capitales por la extracción directa de más-valor absoluto o relativo en nuevos sitios puede sin embargo ser igualmente entendido como inversión de capitales ficticios sobreacumulados em búsqueda de darles más apariencia de solidez a sus portfolios.

**Palabras claves:** Territorialización del capital; acaparamiento de tierras; MATOPIBA; capital ficticio; crítica del valor.

### **Ainda sobre o *land grabbing*: território de quem?**

Escrever outro artigo sobre a temática do *land grabbing* não é oferecer ao leitor mais do mesmo, mas uma necessidade inerente à perspectiva teórica que tem fundamentado nossa reflexão sobre o tema. A perspectiva da *teoria do valor dissociação* impõe, para além da abordagem crítica já presente em artigos anteriores, uma reflexão crítica sobre o processo de formação desta mesma perspectiva crítica. Neste sentido, este artigo se dedica a apresentar o que nos parece ser uma primeira entrada para o fundamento teórico que organiza tal releitura do tema. Por isso, a reflexão deve partir da produção de conhecimento em nosso contexto: uma universidade situada em uma das principais metrópoles de um Estado nacional de origem colonial.

A institucionalização da ciência geográfica acadêmica neste Estado nacional de origem colonial teve como estratégia a mobilização do trabalho de pesquisadores formados no contexto das metrópoles europeias. Decorre desta estratégia nossa impressão atual deste processo como sendo a introdução da Geografia tradicional no Brasil. De nosso ponto de vista, pesquisadores como Pierre Deffontaines (1939), Pierre Monbeig (1998) e Leo Waibel (1979), puderam tratar o fenômeno do *land grabbing* como *frentes ou zonas pioneiras* ou ainda como lugares em que a paisagem natural se *humanizava*, por meio de um desmatamento da vegetação original orientado para o estabelecimento de sistemas agrícolas segundo as vocações das áreas (BOECHAT, 2014; BOECHAT, TOLEDO & LEITE, 2017). Tal processo levaria à constituição de regiões que abrigariam gêneros de vida, que deveriam ser descritos em seus processos de reprodução ecológica específica. Dessa maneira, há uma explícita hierarquização de *gêneros de vida*, na qualificação do pioneirismo, por exemplo na formulação de Waibel, positivando o agricultor em detrimento do extrativista, do caçador ou do criador de gado:

O pioneiro procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida. (...) No campo da agricultura, nem o extrativista e o caçador, nem o criador de gado, podem ser considerados como pioneiros; apenas o agricultor pode ser denominado como tal, estando apto a constituir uma zona pioneira. Somente ele é capaz de transformar a mata virgem numa paisagem cultural e de alimentar um grande número de pessoas numa área pequena (WAIBEL, 1979, pp. 281-282).

De modo semelhante, Monbeig considerava como *precursores* (não como pioneiros) tanto os indígenas dos Planaltos Ocidentais paulistas, que prepararam os primeiros pastos e estabeleceram as primeiras rotas no interior das matas, quanto os pequenos pecuaristas mineiros, que expulsaram os indígenas, ampliaram as rotas, estabeleceram núcleos populacionais e reproduziram os seus rebanhos. Portanto, os assim chamados caboclos, de um modo geral, seriam:

os últimos representantes da velha economia rural e do antigo povoamento do sertão, e não as sentinelas avançadas da marcha para o oeste, como se poderia pensar. Sua presença não implica numa valorização da floresta, no quadro econômico atual (MONBEIG, 1953, p. 458).

Vemos, desse modo, os “pioneiros” da ciência geográfica no Brasil estabelecendo seus critérios científicos para a escolha dos “pioneiros” da civilização no âmbito nacional. Por outro lado, contraditoriamente, tanto Monbeig (1998) como Waibel (1979) esboçariam críticas ao papel deletério das mesmas frentes ou zonas pioneiras na dispersão de recursos, indicando, em oposição à “marcha para o oeste” a necessidade de fixação e intensificação

do uso do solo no leste. Para Monbeig (1998, p. 389-392), uma nova relação entre a franja pioneira e a indústria nacional representava a possibilidade de um mercado interno a resguardar a agricultura das crises da economia internacional e a possibilidade de uma transformação da própria agricultura, até então pautada pela “obra destruidora dos pioneiros”:

O problema da conservação das riquezas naturais e da restauração das regiões envelhecidas é agora encarado pelos meios urbanos, como pelos plantadores clarividentes. (...) Eis o sentido em que deverão desenrolar-se os esforços dos agrônomos e dos fazendeiros empreendedores. Tomou-se, portanto, consciência dos estragos. Virá a desenhar-se uma espécie de retorno da marcha pioneira, por uma renovação do povoamento e uma retomada da agricultura, nas velhas zonas. Não é de rejeitar essa eventualidade. Mas tal renascimento só poderá vir depois que a marcha pioneira tenha atingido seus limites (MONBEIG, 1998, p. 391-392).

Engana-se, porém, quem entenda a passagem como uma crítica à franja pioneira em si, vista pelo geógrafo francês, ao contrário, como “excepcional fortuna” que rompia com a “herança do passado” e trazia “grande riqueza” para a “coletividade brasileira” (MONBEIG, 1998, p. 392). A possibilidade, inclusive, de novas frentes pioneiras no Cerrado brasileiro não estava descartada para Waibel, como lembra um importante estudioso da obra do autor:

Waibel estava convencido de que “num futuro próximo, os melhores tipos de solo nos Campos cerrados do Planalto Central do Brasil seriam cultivados de forma semelhante às antigas áreas de florestas da Europa Central”, isto é, por meio de arado, com rotação de culturas e plantas cultivadas mais sofisticadas. Essa avaliação positiva de Waibel quanto às potencialidades do uso da terra nos Campos cerrados foi uma verdadeira sensação na segunda metade dos anos 1940 (KOHLHEP, 2013, p. 42).

Trata-se, desse modo, de um longo processo de formação do Estado nacional, ex-colônia colonizando seu território, levando a fronteira agrícola às fronteiras do próprio Estado. Parte deste processo é a produção de instituições que produzam discursos nacionais, paradoxalmente por meio de trabalhadores estrangeiros que são mobilizados para institucionalizar na forma da universidade pública a produção do conhecimento da nação. Este conhecimento que internaliza a produção do conhecimento no território nacional deve, especialmente em Estados de origem colonial, refletir sobre o que seria a nação.

Para a percepção de um brasileiro do período que precede a internalização desta instituição metropolitana na ex-colônia, tal como Euclides da Cunha, em **Os Sertões** (2002, p. 155-157), os brasileiros estariam condenados à civilização e teriam de formar uma nação futura, dada a ausência de unidade racial de seu momento além da diversidade de condições geográficas em seu território. Assim, a escolha dos “donos do poder” (FAORO, 1989) da metrópole paulista (cuja afirmação prática se realizaria atraindo milhões de brasileiros para ela) pela Geografia do assim chamado possibilismo da escola francesa

(MORAES, 2003) revela a necessidade de formular um discurso nacional em oposição ao viés nacionalista orgulhoso da evolução de uma raça superior autóctone. O próprio desdobramento das disputas imperialistas entre Estado nacionais, nas duas guerras mundiais, acabaria por desmoralizar os discursos racistas, culturalizando os discursos sobre a identidade nacional.

Entretanto, a construção do discurso nacional pelo viés da Geografia brasileira passaria a esboçar críticas à dita Geografia Tradicional, desde ao menos as obras de Manoel Correia de Andrade e Pasquale Petrone, em diálogo com Caio Prado Junior. Desse modo, a virada crítica de uma Geografia marxista dos anos 1960 em diante passaria a ocupar uma posição importante no debate brasileiro. Talvez a mais consagrada tenha sido aquela proposta por José de Souza Martins, um sociólogo que organizou grupos de estudos na FFLCH/USP, frequentados por vários professores da Geografia em seus processos de formação. A crítica que Martins elabora sobre a positivação do pioneiro e do padrão civilizado e urbano não apenas na Geografia tradicional é ponto de partida importante para nós:

As limitações dos estudos sociológicos, antropológicos, históricos e geográficos sobre o problema da fronteira e sua expansão interna, em diferentes países, especialmente no Brasil, podem ser facilmente reconhecidas no domínio que neles tem o favorecimento epistemológico da ideologia do pioneiro (MARTINS, 2009, p. 12).

Os estudos de Martins foram também a base teórica de diversos autores da Geografia agrária, na qual se aplicava a teorização luxemburguista da reposição da acumulação primitiva, observando uma dupla faceta da fronteira agrícola (MARTINS, 1998, ver introdução). Nela haveria, nas frentes de expansão, a abertura para uma ocupação dos meios de produção pela população:

É essa faixa, com suas peculiaridades econômicas, sociais e culturais, que se pode conceituar como *frente de expansão*. (...) Assim sendo, a frente de expansão se integra na economia de mercado de dois modos: pela absorção do excedente demográfico que não pode ser contido dentro da fronteira econômica e pela produção de excedentes que se realizam como mercadorias na economia de mercado. Desse modo, a frente de expansão está integrada na formação capitalista. (...) O que caracteriza a frente de expansão é justamente esse uso privado das terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadoria. Por isso, a figura central da frente de expansão é a do ocupante ou posseiro (MARTINS, 1975, p. 46).

Observa-se, assim, uma contraditória ocupação da terra na fronteira por posseiros que, apesar de não pagarem por ela, seguem articulados à economia de mercado por meio dos excedentes que produzem e comercializam e por serem eles mesmos excedentes demográficos dela, na visão do autor. Por outro lado, esta mesma expansão abria caminho

para a posterior expropriação dos mesmos posseiros pela instalação de fazendas, ranchos e mineradoras, que assim compunham a frente pioneira do capital.

Passa-se, assim, da produção do excedente para a produção da mercadoria. A frente pioneira surge não como consequência “rebarbativa” da sociedade capitalista, mas como resultado direto da necessidade de reprodução desta. O ponto-chave da implantação da frente pioneira é a propriedade privada da terra. Desse modo, a terra passa a ser impõe como mediação entre o homem e a sociedade. A terra passa a ser equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava as suas relações sociais. Essas relações não se esgotam mais no âmbito do contato pessoal. O funcionamento do mercado é que passa a ser regulador da riqueza e da pobreza (MARTINS, 1975, p. 47).

A contradição do processo também poderia ser vista como sendo um duplo humanização/desumanização da paisagem natural, mas sobretudo reiterava os pressupostos de uma nova frente de expansão e do próprio campesinato retornando a si. Ressaltamos aqui a dimensão de crise do capitalismo assumida na base teórica de Rosa Luxemburgo (1985), sendo a frente pioneira uma contenção parcial da mesma, algo que em David Harvey (2005) foi teorizado como um *ajuste espacial*.

Para este autor, retomando as formulações de Von Thünen, seria na fronteira em que também o trabalhador poderia encontrar as melhores condições para negociar, diminuindo a pressão a que está submetido nas regiões metropolizadas, concentradas, ou zonas de localização econômica no que se refere à violência econômica, e por isso não raro era submetido ao trabalho na fronteira por meio da violência extra-econômica (OLIVEIRA, 2008).

Na fronteira da planície cultivada do Estado Isolado, onde há terras sem donos em quantidades ilimitadas, nem a arbitrariedade dos capitalistas, nem a concorrência dos trabalhadores, nem a magnitude dos meios necessários de subsistência determinam o valor dos salários, mas **o produto do trabalho é o próprio padrão dos salários** (HARVEY, 2005; 101 – grifos nossos).

Nestas condições, caracterizadas pelo acesso dos trabalhadores à terra, o meio de produção primordial, impedir-se-ia a exploração, numa fórmula mágica (a produção segundo a necessidade). Não podendo simplesmente propor a generalização das condições de fronteira, o autor sugere o uso de sua fórmula mágica para que se apure o valor do salário a ser imposto socialmente pelo Estado isolado: “Von Thünen conclui que o salário natural em todo o Estado isolado se fixava pela fórmula **Öap**, onde a representa as necessidades mínimas de subsistência do trabalhador e p o produto do seu trabalho” (HARVEY, 2005, p. 103).

Perceba-se que a suposição de harmonia espontânea proposta pela economia política é simplesmente substituída por um cálculo racional realizado pelo Estado. Não há sequer luta política nesta definição, trata-se de uma nova formulação da harmonia. Desse modo, a fronteira seria condição para o referido equilíbrio: “A existência de uma fronteira livremente acessível e aberta parece necessária para a obtenção do salário de equilíbrio” (HARVEY, 2005, p. 104). Neste sentido, parece só haver renda diferencial I (aquela derivada de diferenciais de localização ou fertilidade; ver MARX, 1985) na análise de Von Thünen e relações de *violência extra-econômica* são desconsideradas, como mostra Harvey:

O solo fértil está disponível em vastidões ilimitadas por pouco ou por nada (...) apenas a distância ao mercado pode impor limites para a distribuição da cultura agrícola. Mas esses limites são empurrados sempre para mais longe por meio do trânsito de barcos a vapor nos rios e da construção de canais e ferrovias. Ali o salário  $\ddot{O}$ ap é, de fato, alcançável e foi realmente alcançado, pois, na América, encontramos uma relação entre o salário e a taxa de juros correspondente à fórmula que desenvolvemos para solo fértil. Em consequência dessas relações entre trabalhadores e capitalistas, percebemos, na América do Norte, bem-estar generalizado, que cresce a passos largos. Ali, inexistente divisão bruta entre as diversas ordens sociais (Dempsey apud HARVEY, 2005, 105).

A remissão de Harvey a Von Thünen como uma formulação de positividade da fronteira é apontada pelo próprio geógrafo como uma romantização do caso estadunidense, ficando, portanto, aquém da formulação de José de Souza Martins (2014, p.11), que a trata como processo pautado por um “caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora”. Tal caráter explícito da exploração pode ser particularizado segundo a proposição de Francisco de Oliveira (2008) quanto à constituição de *regiões* “fechadas” ou “monopolizadas” pelas classes dominantes, colocando em questão a suposta “liberdade” e “harmonia” da fronteira. Nesse sentido, a “abertura” da região tampouco significaria o esgotamento da exploração do trabalho:

O “fechamento” de uma região pelas suas classes dominantes requer, exige e somente se dá, portanto, enquanto essas classes dominantes conseguem reproduzir a relação social de dominação, ou mais claramente as relações de produção. E, nessa reprodução, obstaculizam e bloqueiam a penetração de formas diferenciadas de geração do valor e de novas relações de produção. [...]. A “abertura” da região e a conseqüente “integração” nacional, no longo caminho até a dissolução completa das regiões, ocorre quando a relação social não pode mais ser reproduzida e, por essa impossibilidade, percola a perda de hegemonia das classes dominantes locais e sua substituição por outras, de caráter nacional e internacional. (OLIVEIRA, 2008, p. 151-2).

De todo modo, o uso do termo *fronteira agrícola* qualifica a região territorializada pela atividade produtiva que passa a reproduzir-se na área, como se se tratasse de uma leitura de paisagem. Assim, as respostas mais interessantes da Geografia marxista não deixam em segundo plano as relações de trabalho que emergem no debate, como no conceito de região econômica e política proposto por Francisco de Oliveira (ver SEABRA & GOLDENSTEIN, 1982), ou nos conceitos de *territorialização do capital* e *monopolização do território*, de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2016).

Temos utilizado o conceito de *territorialização do capital* de uma forma distinta a deste último autor, que reserva o termo para áreas em que as relações de trabalho passam a ser assalariadas, tornando-se elas o que Francisco de Oliveira (2008) qualificou como “zonas de localização econômica”. Tomando a territorialização do capital como um processo de totalidade, este seria um dos momentos de inflexão do processo. Vista desta perspectiva, desde a Geografia de uma universidade formada em uma metrópole pós-colonial, a territorialização do capital nos parece ser o processo iniciado na colonização, a partir do século XVI, com uma dinâmica central na assim chamada Acumulação Primitiva. Mas antes de desdobrarmos nossa análise para a região do MATOPIBA<sup>1</sup> e sua relação com a totalidade capitalista é relevante voltar a um comentário feito por Pasquale Petrone sobre o uso corrente nos anos 1970 do conceito de *colonização*. Não se trata de mero capricho, pois a atualidade não pode ser compreendida adequadamente, de nosso ponto de vista, senão como um processo de territorialização fundado no colonial e, além disso, é necessário não abandonar a reflexão sobre a produção do conhecimento em metrópoles internalizadas em Estados nacionais de origem colonial.

### **Colonização em dois sentidos, ou a contradição da colonização?**

Aludimos mais acima, brevemente, que Leo Waibel (1979) e Pierre Monbeig (1998) apontavam, de maneira contraditória, a importância econômica, social e histórica da *frente pioneira* como superação do passado colonial, ao passo que enxergavam um desperdício de recursos na maneira como esta se dava. Monbeig (1998) chegava mesmo a apontar a possibilidade de uma transformação das áreas antigas degradadas; transformação possível pela ação da indústria, da cidade e da ciência, justamente pela formação de um mercado interno. Indicamos, ainda, de passagem, a esperança de Waibel (1979) de uma ocupação produtiva dos Cerrados, distinta da forma predatória que pautava a expansão das zonas pioneiras de então. Retomaremos aqui o debate proposto por um professor universitário que foi aluno de Pierre Monbeig, e que escreve no momento seguinte àquele dos referidos

---

<sup>1</sup>Acrônimo para os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Para caracterização desta “região do desenvolvimento” formatada enquanto tal também em decreto estatal pela então presidente Dilma Rousseff (2011 – 2015) em 2015, ver PITTA, BOECHAT e MENDONÇA, 2017.



“pioneiros” da Geografia universitária brasileira. Nele veremos uma crítica esboçada contra a formulação de um representante da Geografia tradicional quanto ao conceito de *colonização*.

Ao comentar o **Simpósio “Perspectivas da colonização no Brasil”** da AGB, realizado em 1973, Pasquale Petrone afirmaria que, numa perspectiva histórica, o país é nitidamente resultante de uma *soma de colonizações*. No entanto, o sentido da colonização, da fase anterior à Independência, não seria necessariamente o que se procurava dar ao fenômeno naquele momento (PETRONE, 1973, p. 53). Tomava-se, portanto, o conceito na acepção genérica de Max Sorre, como “expansão do ecúmeno”. Petrone (1973) perguntava, então, se haveria algum motivo que autorizasse este uso genérico, ou seria uma simples imprecisão conceitual, característica de uma Geografia sem compromisso com a formulação de conceitos historicamente determinados.

O autor mostra a existência de um vínculo histórico entre a colonização da segunda metade do século XVIII e a da segunda metade do século XX. Nos dois momentos históricos é a *colonização integrando o país*. No entanto, ambos se diferenciariam, pois a colonização do século XX teria sua origem em uma zona velha no interior do próprio território nacional, a área *core* industrializada, beneficiada pela colonização anterior (PETRONE, 1973, p. 53-7). A diferença estabelecida pelo autor se refere ao “sentido da colonização”, de Caio Prado Jr. (2000), voltado para o exterior. Desta forma, a colonização promovera acumulação de capital na zona velha, uma área no interior do país. Neste momento seria possível afirmar que a acumulação de capital foi internalizada ao território nacional, pelo menos em parte.

No entanto, a metropolização do território dependeria de um longo e complexo processo do qual a Independência de 1822 é apenas um momento, assim como tantos outros com diferentes implicações para a territorialização do capital. A rigor a *internalização da metrópole* (DIAS, 1997) se afirma desde a vinda da família real ao Brasil, em 1808. A fundação de faculdades de medicina no Rio de Janeiro e em Salvador não é um aspecto desprezível deste processo, em que pese a aparência de autonomia entre estes muitos fenômenos: a formação da grande lavoura cafeeira, a criação das faculdades de direito em São Paulo e Recife, o fim do tráfico de escravos, a Lei de Terras (1850), a abolição (1888), a chegada do grande contingente de imigrantes no último quarto do século XIX e começo do XX, a formação das universidades no Rio de Janeiro e em São Paulo, a criação das estradas de ferro e o processo de industrialização, a formação das universidades federais nas capitais dos estados, depois nas metrópoles regionais, etc. (ver BOECHAT, 2009; HEIDEMANN, TOLEDO & BOECHAT, 2014; e BOECHAT, 2014). A formação das áreas *core* às quais se refere Petrone beneficia-se de forma diferenciada de cada colonização que vai se somando para resultar no país. Neste sentido, a internalização das metrópoles (áreas *core*) confere aparência nacional ao processo de acumulação do capital; ainda assim, seria

necessário apresentar a relação social que beneficia tais áreas e perguntar se tal processo se explica pelo prejuízo das regiões territorializadas.

O caráter anedótico da mágoa sentida por Carmen Miranda, uma das primeiras personificações do capital cultural brasileiro no espetáculo global de produção americana, ao se apresentar no Cassino da Urca em 1940 merece ser comentado<sup>2</sup>. Não se trata de nada estranho para um nacionalismo que costuma lamentar a perda de seus maiores talentos futebolísticos para o espetáculo europeu. Também não surpreende que, para um Estado nacional de origem colonial no qual o recurso à legitimação na base da racialização fosse tema, a cultura fosse usada como legitimação. Tango, Rumba, Salsa, Reggae, Jazz, e muitas outros ritmos nacionais, são tão presentes como instituições das metrópoles pós-coloniais quanto as universidades, com a particularidade de geralmente serem vistos como música negra. A graça vem da resposta composta para que Miranda rebatesse a crítica de que teria ficado *americanizada* com o “burro do dinheiro”, afinal além de dizer “eu te amo” e não “I love you”, a graciosa personificação brasileira não abrisse mão do tempero brasileiro representado pelo “delicioso camarão ensopadinho com chuchu”<sup>3</sup>. A vida na metrópole da territorialização do capital, sem abrir mão do “burro do dinheiro”, talvez mobilizada por ele, não só permite, por ele, a manutenção do gosto da nação de origem, como se afirma neste gosto. Sem ir além na digressão, vale a pena não deixar de frisar: é o gosto brasileiro que se vende, assim como na forma de sincopar de João Gilberto, ou na ginga de Garrincha a Neymar Jr. Nada deste espetáculo brasileiro exportável pode ser explicado em perspectiva crítica pela suposta simplicidade do “burro do dinheiro”.

Pasquale Petrone (1973) comenta que, em função dos aspectos espetaculares assumidos pela colonização, naquele momento histórico relacionados com a industrialização, estes teriam passado a interessar a opinião pública. Este interesse torna possível compreender inclusive a realização do Simpósio suprarreferido, segundo o professor. E colonização naquele momento também podia ocorrer, em oposição ao conceito genérico de Sorre (1984), em territórios de povoamento mais ou menos antigos. Assim, a valorização das regiões colonizadas permanece, mas beneficiando zonas velhas, posto que a colonização decorre de estímulos externos à área colonizada (PETRONE, 1973, p. 51).

---

<sup>2</sup> A referência aqui é à canção *Disseram que voltei americanizada*, composta por Vicente Paiva e Luiz Peixoto, gravada pela intérprete em 02 de setembro de 1940, nos estúdios da Odeon. A letra segue: “Me disseram que eu voltei americanizada/ Com o burro do dinheiro/ Que estou muito rica/ Que não suporto mais o breque do pandeiro/ E fico arrepiada ouvindo uma cuíca// Disseram que com as mãos/ Estou preocupada/ E corre por aí/ Que eu sei certo zum zum/ Que já não tenho molho, ritmo, nem nada/ E dos balangandans já “nem” existe mais nenhum// Mas pra cima de mim, pra que tanto veneno/ Eu posso lá ficar americanizada/ Eu que nasci com o samba e vivo no sereno/ Topando a noite inteira a velha batucada// Nas rodas de malandro minhas preferidas/ Eu digo mesmo eu te amo, e nunca “I love you”/ Enquanto houver Brasil/ Na hora das comidas/ Eu sou do camarão ensopadinho com chuchu”.

<sup>3</sup>Para uma discussão sobre a busca do caráter nacional da produção cultural brasileira na obra de Caetano Veloso e de suas influências, ver trabalho de Rafael Florêncio (2018). Para uma crítica do espetáculo, em geral, ver Guy Debord (1997).

Parte desta contradição pode ser explicada, como adverte Petrone em seu artigo, pela "imprecisão terminológica e conceitual" (PETRONE, 1973, p. 50). No entanto, o conceito genérico de colonização está em contradição com o momento histórico no qual é formulado. É isso que Petrone mostra na relação entre os termos. O *sentido profundo da colonização* (NOVAIS, 1969) é promover a acumulação primitiva na Europa; o rompimento do exclusivo metropolitano e a formação do Estado nacional brasileiro encerram o período colonial e iniciam o processo de internalização da acumulação de capital. Desde meados do século XX, há entre as zonas velhas beneficiadas a área *core* nacional: é outra, mas é a mesma, em um processo de diferenciação de áreas que é um dado social, mas objetivo. Por isso, sem ser um momento do sistema colonial, encerra em si a prática da colonização.

Ao mesmo tempo não se pode deixar de repor o argumento de Max Sorre (ver SORRE, 1984) que restringe o fenômeno da colonização à suposta humanização da paisagem, expressa no movimento da fronteira agrícola. Tomando a reformulação proposta por Fernando Novais (2005), o argumento se explicita: trata-se do movimento geral de valorização econômica do espaço terrestre; processo que, a partir dos tempos modernos, assume a feição de europeização do mundo (NOVAIS, 2005, p. 25). Fica claro que a *valorização do espaço*, ao menos no contexto considerado pelo autor, é estabelecida pela chegada do europeu em moldes já esboçados na introdução de **Formação do Brasil contemporâneo**, de Caio Prado Jr. (2000). Por isso, aquilo que aparece como um processo de humanização da paisagem, aparece como europeização do mundo.

A caracterização do processo de colonização como europeização do mundo sugere que o sentido do processo em questão seria o das colônias de povoamento. No entanto, o sentido aqui é o oposto, buscar beneficiar áreas velhas. Segundo o conceito de Prado Jr. (2000, p. 19-20), o "sentido da colonização" é explorar recursos naturais de um território virgem em favor do comércio europeu. Aquilo que Novais (2005) caracteriza como europeização do mundo constituiu-se, para Prado Jr. (2000), numa sociedade com características nacionais e qualidades de permanência, o que seria um ponto de concordância com Gilberto Freire (1965, p. 25). Portanto, a europeização do mundo não se restringe ao e nem tem como sentido o povoamento com migrantes europeus.

Prado Jr. (2000) estabelece uma noção de Europa como exterior, que pressupõe a existência de um território colonial brasileiro (o que se justifica pela sua perspectiva de compreender a síntese do processo colonial, em sua crise no século XIX). A colonização discutida por Petrone (1973) diferencia a zona velha no interior do território do Estado nacional brasileiro já formado, ainda que os descendentes de europeus sigam ocupando a maioria dos postos de comando na territorialização do capital, e ainda que a afirmação da mestiçagem e a incorporação da cultura dos povos colonizados passe a ser parte do

processo dirigido pelo Estado. *O que há em comum a dois períodos tão diferentes é, em última análise, o processo de acumulação de capital como finalidade do processo.*

No momento atual, as políticas de inclusão apoiadas pelos organismos do capital mundial, incluindo paradoxalmente as mulheres (SCHOLZ, 2005 e 2016) revelam que há mais a ser dito. Ainda assim, as formulações acima revelam que existe a possibilidade de uma zona velha ser beneficiada pela colonização da outra. Neste sentido, torna-se relevante refletir sobre como o MATOPIBA, área a ser aqui discutida percebe o processo.

### **Que colonização produz o MATOPIBA?**

Pudemos observar, portanto, uma crítica de Petrone a Sorre que o faz se aproximar da formulação de Prado Jr. Por sua vez, a formulação de Novais permite um desdobramento da compreensão do “sentido da colonização”, compondo uma caminho para a Geografia crítica. De nossa parte, procuramos relacionar tal crítica à perspectiva nacionalista, à qual a própria Geografia crítica teria se mantido atada, esquivando-se de uma necessária autocrítica que aqui deixamos apenas sugerida. Dessa maneira, podemos passar a debater as novas e recentes formas de “colonização” dos Cerrados (PITTA, BOECHAT e MENDONÇA, 2017), em especial tratando casos relacionados com a particularidade do sul do Piauí e do Maranhão, como desdobramento dos investimentos realizados sobretudo pelas zonas de antiga colonização, articulados a políticas de um Estado já nacional formado e lidando com a territorialização do capital no interior de seu território. Podemos fazê-lo levando em consideração nossa própria acepção do fenômeno como contraditoriamente parte do mesmo processo, enquanto produção científica que participa dessa territorialização.

É interessante observar que o caráter contraditório da territorialização do capital não permite que a análise se atenha ao contexto regional que parece reproduzir processos já ocorridos em outras áreas em especial nas metrópoles, algo como uma não-simultaneidade (KURZ, 2000) que em processo metropoliza a vida local. Trata-se do processo que conduz da sociedade “primitiva” à sociedade “evoluída” nos termos do fundador da teoria do valor trabalho, Adam Smith (1974, cap. 6). No entanto, não-simultaneidade é um fenômeno fetichista que não reproduz sequer as metrópoles como objetividade acabada, a metropolização é crítica e é reprodução ampliada da catástrofe (KURZ, 1995). A marca da particularidade aqui estudada é a relação com o capital como totalidade; assim, simultaneamente à formulação de Petrone, em meio ao Simpósio da AGB, de 1973, estourava a chamada *crise do petróleo* e uma importante transformação no sistema financeiro internacional estava em curso, articulada a uma transformação interna na forma de reprodução ampliada dos capitais industriais, que poderia posteriormente ser concebida como *acumulação flexível* (HARVEY, 2007) ou como Terceira Revolução

Industrial, a da Microeletrônica (KURZ, 1995). O quanto estas mudanças viriam a impactar as formas de colonização e territorialização do capital procuraremos indicar ao final desse artigo. Para o momento, podemos pensar brevemente, no entanto, no lugar social conferido à colonização pelo Estado nacional formado, relacionando a integração nacional ao desdobramento da indústria nacional, em meio a uma variedade de crises.

Assim, a estratégia econômica adotada no **II Plano Nacional de Desenvolvimento** (PND – 1975 – 1979) foi explicitamente a de promover a constituição de conglomerados financeiros, visando uma centralização de capitais que permitisse que empresas nacionais pudessem competir na nova ordem internacional, cabendo uma associação com o capital estrangeiro no provimento de tecnologias avançadas e investimentos (BRASIL, 1975, p. 47-55). Embora soe como repetição da colonização do Antigo Regime, na medida em que a territorialização do capital assume a forma de europeização do mundo, ainda que o capital estadunidense fosse majoritário no período em questão, vemos um processo que se explica nacionalmente como etapa de um desdobramento do Departamento de Bens de Consumos Duráveis da indústria nacional (OLIVEIRA, 1977).

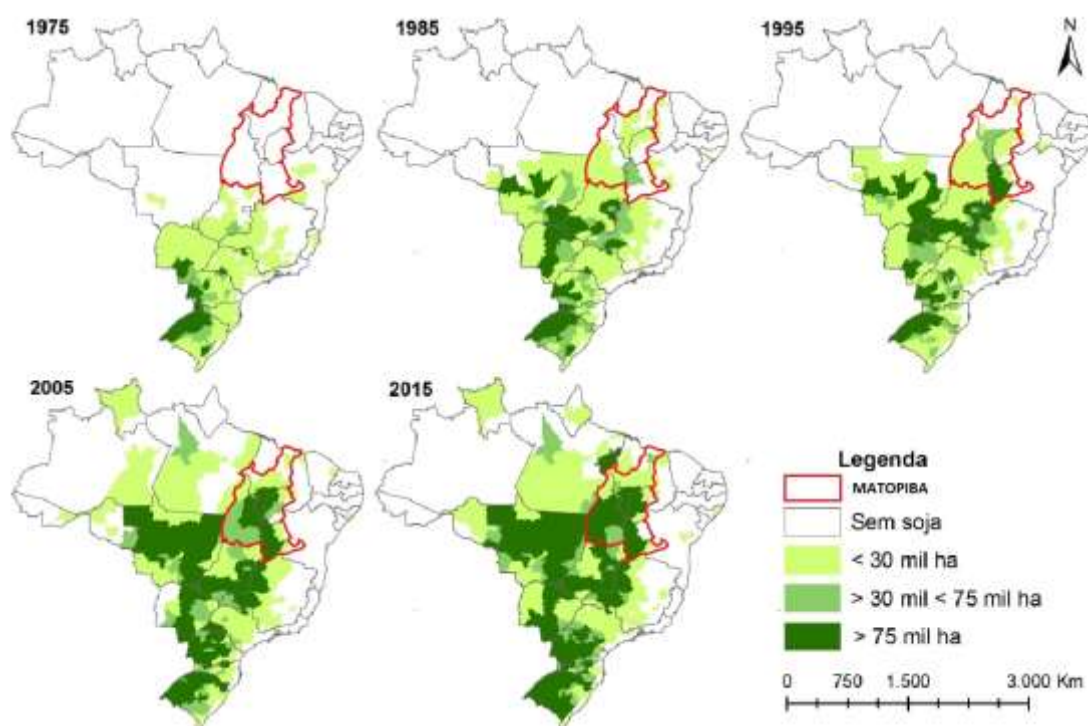
No entanto, tal política de industrialização se articulava à política de integração nacional que incluía a ocupação do “universo brasileiro” (BRASIL, 1975, p. 56), mostrando que a “zona pioneira” do capital industrial mundial era, por sua vez, a “zona velha” em relação às demais, com a adiantada internalização de áreas *core* centralizadas no Sudeste brasileiro. A ocupação da *hinterlândia* era concebida aí como política populacional que promoveria a criação de novos empregos na fronteira agrícola, mas sobretudo como fonte de produção de alimentos e matérias-primas, por meio de “blocos integrados de investimentos em polos, distritos agroindustriais ou outras formas, permitindo a adoção de prioridades nítidas e controle dos resultados fisicamente, por área” (BRASIL, 1975, p. 60). A política de colonização se somava à de promoção de grandes investimentos, sempre com a preocupação, ao menos em tese, de evitar uma “regressão econômica” (FURTADO, 2000):

É de prever-se que o programa de colonos e pequenos produtores, pela densidade demográfica da região e pelas suas características físico-climáticas terá mais ênfase no Nordeste e em certas áreas, limitadas do Centro-Oeste e da Amazônia. Na implantação dos programas de empresas, evitar-se-ão distorções, como a de atribuir sentido de feudos a tais explorações, limitando-se a concessão de terras ao estritamente necessário à atividade produtiva. Também se procurará impedir a tentativa de usar a terra principalmente como investimento fundiário, controlando-se a implantação efetiva dos projetos, em prazos bem definidos (BRASIL, 1975, p. 61).

Dessa maneira, a política de modernização da agricultura brasileira, no caso da produção de soja, transformou a ocupação do Cerrado, a partir dos anos 1970, e aprofundou processos de expropriação, tanto no que diz respeito à expulsão direta de posseiros,

agregados das fazendas pecuaristas, como também de indígenas e pequenos produtores que viviam naquela região<sup>4</sup>, quanto em relação à concentração e centralização do capital (MARX, 1983, Cap. XXIII: A lei geral da acumulação capitalista) dos diferentes momentos da produção e processamento das agroindústrias nas mãos da indústria à montante e à jusante da produção e das *tradings* (MENDONÇA, 2013). Os resultados dessa política, amparada pelas pesquisas da EMBRAPA e co-financiada com investimentos japoneses (JICA, 2017), ficam visíveis na materialização da expansão da área de produção de soja:

**Figura 1: Área plantada com soja por microrregião (1975, 1985, 1995, 2005 e 2015) e**



**destaque para a região do MATOPIBA**

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal. Elaboração: Niederle e Wesz Jr., 2018.  
Edição: Gabriel Lopes e Viviane Coutinho.

A forte expansão sobre o Cerrado do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso, a partir dos anos 1970, conduziu sojicultores e fazendeiros menos produtivos a venderem suas terras e produções, a partir de uma dinâmica de crise de seus capitais e a migrarem

<sup>4</sup>No Paraná, em Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso, é de suma importância ressaltarmos aqui, foi aprofundado um processo de expropriação dos Guarani (Kaiowá, M'byá, Nandeva e Avá) das terras que ainda ocupavam. Muitos foram apresados e aldeados em ínfimas parcelas de terra localizadas nas periferias das cidades do interior de tais estados, aldeamentos estes criados na primeira metade do século XX pelo órgão estatal responsável pela política indigenista, o SPI (Serviço de Proteção ao Índio). Tais aldeamentos se caracterizam pela reduzida extensão e pela insuficiência para a reprodução social dos Guarani, que acabam tendo que se vender como força de trabalho superexplorada nas produções de *commodities* das agroindústrias do campo brasileiro. Sobre a expropriação dos Guarani ver os seguintes relatórios de pesquisa da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos: *A Agroindústria canavieira e a crise econômica mundial* (PITTA, XAVIER, & MENDONÇA, 2012) e *Empresas Transnacionais e Produção de Agrocombustíveis no Brasil* (PITTA, XAVIER, NAVARRO & MENDONÇA, 2014).

para locais de terras mais baratas e ainda não ocupadas pela produção agroindustrializada, promovendo uma expansão da fronteira da soja tanto para a Floresta Amazônica, como para o Cerrado do Nordeste, incluído aí o chamado MATOPIBA. Ao mesmo tempo, grandes produtores também passaram a expandir suas produções para tais regiões de terras baratas passíveis de subirem de preço, justamente em razão dos incentivos para tal movimento.

Desse modo, a partir dos governos da ditadura militar (1964 – 1985), a modernização do campo se transformou em um dos carros chefe das políticas públicas. Desde a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR, em 1965), passando pelo **I Plano Nacional de Desenvolvimento** (PND, 1968 – 1973), correspondente ao que ficou conhecido como “milagre econômico brasileiro”, e pelo II PND (1975 – 1979), aprofundaram-se as contradições do modelo de desenvolvimento adotado, explicitadas também com a ajuda de uma conjuntura internacional adversa agravada após a crise do petróleo de 1973, levando à “explosão” no Brasil da dívida pública e privada internacional (DAVIDOFF, 1984), da inflação, da superexploração do trabalho (tanto urbana quanto rural) e das expropriações no campo. Por outro lado, a expansão da fronteira agrícola e a privatização de terras de uso comum potencializaram a tensão e os conflitos no campo, corroborando processos de expropriação (LEITE, 2015). Se, de um lado, a “marcha para o Oeste” compunha a integração nacional, desde os anos 1940, ela adquiriria novos significados com a “militarização da questão agrária” atrelada à Revolução Verde. A possibilidade de acesso à terra na fronteira agrícola passaria a ser condicionada pelo planejamento regional e pela ascensão de um novo modelo produtivo (CLEMENTS e FERNANDES, 2012).

Para finalizar essa parte do artigo, ressaltamos, porém, a centralidade da ciência brasileira, sobretudo pela atuação da EMBRAPA em meio ao PRODECER (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), na alavancagem do pioneirismo que chega ao MATOPIBA, a ponto de perspectivas apolegetas do agronegócio verem nela um dos pilares da constituição de um mundo rural inteiramente novo no Brasil, como se fosse nosso “camarão ensopadinho com chuchu” (BUAINAIN et al, 2014; para uma crítica ver BOECHAT e KLUCK, 2017). O desdobramento que encontramos da internalização da metrópole se reveste, assim, da possibilidade de uma colonização interna em bases científicizadas, assumidas por “nossas” próprias instituições e empresas. Assim, o *land grabbing* nacional se esquia no discurso contra a estrangeirização de uma autocrítica:

(...) on its own the ‘foreignization narrative’ can be problematic as it is fraught with contradictions: recent foreignization of land is not acceptable, but foreignization of capital and investments which has been creeping in the region much earlier and which ultimately indirectly captures (land) resources is welcomed; exploitation by foreigners is not socially acceptable, but exploitation by national classes of capital is tolerable. (...) Does land grab necessarily and always requires foreignization of land property? Not really, as we have argued earlier using the notion of control grabbing. Conversely,

does foreignization of land always imply land grabbing? – as one wonders about the small- and medium-scale individual land acquisitions by natural persons from Brazil in Paraguay or Bolivia – a process we categorize in this paper as part of the everyday forms of dispossession by differentiation which we exclude from our definition of land grabs (BORRAS et al., 2012, p. 863).

Porém, ainda que venha a encontrar na crítica ao capital nacional o foco da problematização de uma territorialização do capital, como em Ariovaldo U. de Oliveira (2011), exime-se geralmente aí também de uma compreensão sobre as reais implicações que a cientificação do capital em geral (tanto nacional como estrangeiro) promove. Enquanto particularizamos, a seguir, a abordagem sobre o “pioneirismo” no MATOPIBA, procuraremos avaliar as transformações da totalidade, isto é, os impactos das mudanças da composição orgânica do capital sobre a reprodução ampliada do mesmo. Assim, buscaremos pensar as transformações da fronteira agrícola como parte das transformações imanentes da sociedade capitalista como um todo, indicando uma qualificação abrangente da crise tanto do trabalho como do capital que não pode mais ser superada pelo “ajuste espacial”.

## **Pioneiros do MATOPIBA**

### **a) Esta terra ainda vai cumprir seu ideal?**

A territorialização do capital não é um processo que ocorre independente da ação das pessoas. O planejamento regional da ditadura militar acima problematizado revela como a política não pode se fazer sem relação com a economia, e a própria separação destas esferas só existe como autonomização, porque não se faz política sem usar o dinheiro para mobilizar o trabalho da política (KURZ, 1997). No entanto, a modernização forçada da ditadura não foi suficiente para levar a fronteira do agronegócio à fronteira do Estado nacional brasileiro. As regiões político- econômicas, problematizadas por Francisco de Oliveira (2008), seguiram reproduzindo suas formas de territorialidade.

O fenômeno contemporâneo a que se manifesta como região do MATOPIBA (ressalte-se que não se trata do conceito de Francisco de Oliveira, 2008) revela a continuação do processo de colonização do território de um Estado nacional de origem colonial. Trata-se como se sabe da violenta imposição de uma nova territorialidade sobre regiões pecuárias e de mineração cujos processos de territorialização ainda remetem às dinâmicas do momento colonial do processo de formação deste Estado nacional. Há, no entanto, uma forma de manifestação que não pode ser vista como sendo simplesmente mais do mesmo: a transformação da terra em riqueza abstrata autonomizada de um processo de produção real. Como pode-se pensar que se trata de simples continuidade? Nem nas regiões pecuárias nem na região garimpeira estabelecidas nas áreas que neste momento



são territorializadas a terra era um ativo financeiro associado às metrópoles do capital, ainda que não se pudesse compreender tais regiões sem problematizar tais metrópoles.

O conflito associado ao uso da terra que vinha sendo territorializada pela região garimpeira de Monte Alegre, no sul do estado do Piauí, sobre uma região pecuária formada ainda no período colonial dizia respeito a uma relação bastante concreta: as cisternas abandonadas que causavam acidentes com o gado solto. Tratava-se de um resultado do processo de trabalho da extração de diamantes situados em uma camada de cascalho a mais de cinco metros de profundidade, acessada por meio destas cisternas, que permitiam aos garimpeiros extrair o cascalho realizando a lavagem posteriormente.

Em um trabalho de campo realizado no sul do Piauí em 2013, tivemos a oportunidade da companhia de Sr. Paulo. Nascido no Maranhão, mobilizado para o trabalho ainda criança como ajudante de tropeiro, estabeleceu-se em Monte Alegre/PI como garimpeiro. Sr. Paulo era capaz de apresentar não só os processos de trabalho do garimpo nas diversas áreas da região, mas os aspectos políticos, econômicos e culturais da região.

Sem poder comentar cuidadosamente aqui a apresentação da região feita por seu Paulo, interessa mostrar um conflito territorial pertinente às relações de poder inerentes àquele contexto. Segundo nos foi relatado, houve um senhor, dono de uma fazenda que descobriu uma mancha, que se refere a uma área rica em diamantes, e ele por sinal era comprador de diamante e teria enriquecido com este negócio. Este fazendeiro não queria que os garimpeiros trabalhassem na terra dele. Como era poderoso, era envolvido com um grupo do governo e obrigou a prefeitura a comprar a terra. Desta forma, segundo o garimpeiro, a prefeitura comprou a terra para não suspender a prática do garimpo, porque esta era, como dizia nosso interlocutor, a alavanca da economia do município de Monte Alegre. O dinheiro usado na compra teria como origem o Fundo de Participação, que naquele tempo era só o que a prefeitura tinha. O garimpo nunca pagou imposto, nem IPTU. A terra era barata, possibilitando que a prefeitura comprasse nos anos 1950, para evitar que o pessoal fosse embora. Segundo nossa fonte, isso teria ocorrido em 1955, de modo que na mesma eleição em que Juscelino Kubistchek foi eleito o primeiro prefeito de Monte Alegre foi eleito.

O acesso à terra negociado pelo poder local resistiu, em decadência. Não se desfez com a chegada da mineração mecanizada nos anos 1980, tampouco parece ter sido afetado diretamente pelo avanço do agronegócio, voltando para as áreas de chapada. Mas serve como advertência contra a naturalização da territorialidade dos fatores de produção autonomizados da vida social das metrópoles. Antes de supor uma explicação lógica da relação territorial na fronteira em que os sujeitos apareçam como mera obra do contexto, cabe pensar a forma como os sujeitos personificam as possibilidades de ação neste

contexto que se define como regional, no sentido de Francisco de Oliveira (2008), por guardar especificidades na reprodução de relações de produção.

Desta maneira, se a propriedade da terra condiciona o acesso ao trabalho para os despossuídos ora pela ação da violência direta do poder dos proprietários “fechando” a região (nos termos de Francisco de Oliveira), ora pela formação dos mercados de terra, trabalho e capital (que Oliveira qualificou como zonas de localização econômica), interessa não apenas diferenciar tais momentos, mas compreendê-los como momentos de um mesmo processo. A imposição da mediação social essencial da forma mercadoria (tanto como substância do valor, quanto como produtor de um valor de uso determinado), em sua aparência de mediação simétrica, pois contratual e juridificada, passa neste processo a dar acesso aos recursos naturais na área. Este condicionamento pode ser mais bem compreendido como processo de territorialização, pois é parte da determinação do poder na área, que em processo parece distanciar as possibilidades da ação local, ocultada sob a falácia da nação dirigida pela democracia representativa e de seu desenvolvimento, que coloniza o território do Estado. Ainda assim vale ressaltar que esta forma de territorialização tem traços específicos.

Quando os proprietários de terra organizam seu território, fazem isso segundo padrões socialmente estabelecidos, o que evidencia que a gestão do território não é o exercício de subjetividade de seu dono. Os padrões personificados pelos proprietários de terra encontrados no sul do Piauí, antes da territorialização em processo da região do MATOPIBA, voltados então à produção de diamantes e gado, encontram-se limitados pela produção real, que só se torna dinheiro depois de realizada no mercado, impedindo a fixação de um tributo em dinheiro a ser imposta na territorialidade local. A prática social do proprietário de terra coloca-o como portador funcional de uma lógica que, sem deixar de ser determinada por sua classe social, é a lógica geral do capital. Neste sentido, as estratégias do proprietário da terra, uma entre outras estratégias possíveis no interior de uma mesma lógica, resultam na realização particular da territorialização do capital na região. A compra de terras por parte da prefeitura nos anos 1950, repassando ao proprietário de terras os tributos transferidos para os municípios, não importa por revelar o baixo preço da terra em abstrato, mas pelo significado deste preço, um padrão de territorialidade que não se explica sem consideração ao crescente poder econômico das metrópoles em recolonizar o território do Estado nacional. Não se trata, portanto, nem do processo de subjetividade autônoma do proprietário da terra, nem da reprodução social em uma área autônoma. Por isso, a importância do conceito de *região*. Como apresentaremos abaixo, o momento atual do processo é outro. Os excedentes de produção regional não parecem explicar a urgência de domínio dos capitais (TOLEDO, 2012) sobre as áreas de chapada. Pelo contrário, trata-se do controle das possibilidades do futuro...

## **b) O interesse do agronegócio paulista na fronteira agrícola do MATOPIBA e a "grilagem" bancária**

Outro relato pode apontar uma visão diferente sobre a territorialização do capital na região, por meio da apropriação de terras que ignora ou abstrai a ocupação anterior, como aquela de posseiros e garimpeiros acima relatada.

O fazendeiro Ivan, de Severínia/SP, relembra em entrevista gravada em 22 de janeiro de 2013, que foi convidado em 1993/94 pela Cooperativa dos Agricultores de Orlândia/SP para avaliar terras no sul do Maranhão que permitiriam que os pequenos proprietários daquele município paulista se tornassem grandes proprietários, pela diferença entre os preços de terras em São Paulo e no Maranhão, muito menores nesse último estado. Dos 184 pequenos e médios proprietários que para lá foram, apenas ele e mais 5 compraram terras no sul do Maranhão. Para fazê-lo, Ivan somou suas economias às do irmão Roberto e vendeu uma fazenda que tinha em Minas Gerais.

A escolha das terras passou por um sobrevoo de áreas que, do ponto de vista distanciado do comprador, "não tinham nada, um pouquinho de arroz, um cerradinho vagabundo", mas que "com muito gesso, calcário, adubo, máquina" se revelavam uma "terra maravilhosa":

Ivan - Nós compramos desde áreas grandes até áreas pequenas. Entendeu? Porque o negócio é o seguinte, quando nós fomos pro Maranhão, a gente foi pra comprar uma área grande. Porque nós vendemos aqui e lá a terra era muito barata. As áreas muito grandes eram muito longe da cidade e era estrada de terra. Então, nós chegamos numa área de terra maravilhosa cortada por uma rodovia federal, a 23 quilômetros de uma cidade e 110 [km.] da capital do sul do Maranhão. Só que a área não era grande, era uma região muito dividida. Eu falei, "Roberto, vamos ter que comprar aqui, uma área dessa pequena, menor do que a gente tem, e aí nós vamos comprando o resto". Porque você vê, rodovia federal, hoje está asfaltada...

A abstração do padrão regional de territorialização anterior se evidencia na desvalorização da paisagem vista de cima e que em si só tem interesse quanto às possibilidades de valorização futura. A busca pelo aumento da escala de produção se revela desde o início, antes mesmo da compra da terra, que é escolhida conforme a localização e a probabilidade da melhora da infraestrutura, num misto de compreensão da realidade por meio da renda diferencial (MARX, 1985) e das projeções de seu incremento. A estratégia empenhada na compra, no entanto, passaria por uma inusitada intermediação bancária:

Ivan - E, com isso, eu tive que ir lá todo mês. E todo mês eu comprava um, dois três. Ia comprando e emendando. Todo mundo devia dinheiro para o Banco do Brasil. Comprei quinze áreas de devedor do Banco do Brasil.

Pergunta - Pagou a dívida por eles?

Ivan - Se não sou eu aquele povo tinha morrido. O Sarney entupiu eles de dinheiro quando foi presidente. Desviaram dinheiro e quebraram todos. Então, eu ia no Banco, dava um dinheiro para eles e comprava a dívida deles no Banco. Tinha 16 devedores no Banco, eu comprei 15. (...) O gerente me adorava. Foi promovido. Eu salvei a agência. O superintendente me adorava.

As entrelinhas indicam uma “região” que se abre ao investidor nacional forasteiro porque já está integrada parcialmente à escala nacional por meio da dívida pública e privada, que encontrada nele a possibilidade de rolagem, ou de renovação das promessas de valorização do valor. O fazendeiro afirma ter comprado, ao todo, 39 propriedades no município de São Raimundo das Mangabeiras/MA, a 110 km de Balsas, sendo que metade dessas compras teria passado pela “compra” das dívidas dos seus antigos proprietários acumuladas no Banco do Brasil local, de maneira que não se trataria exatamente de uma grilagem ou de expropriação direta, mas de uma “expropriação” derivada de um endividamento que permite a avaliação de que se trataria de uma “salvação” por aquele que salda a dívida se apropriando da terra que lhe dava garantia.

A mobilidade do capital se personifica na mobilidade do fazendeiro que se permite deslocar de uma “região” a outra, mas também de uma atividade a outra, deslocando por meio de sua mobilização monetária e creditícia uma variedade de pequenos proprietários que já ali habitavam em condições críticas, e passando a lidar com uma realidade produtiva nova por meio da cooperação de alguns parceiros e do apoio de grandes companhias exportadoras:

Ivan - Eu também tive muito café, depois laranja, depois cana. No futuro vou sair da cana também. (...) Vou amar um pé de cana? Eu não, se amanhã abobrinha for melhor do que cana eu mudo para abobrinha, eu já mudei tanto, já vendi nove propriedades, já comprei 57, só no Maranhão, 39... Lá é muito complexo. Só grão... tudo máquina grande, outros mercados, mercado internacional... Não tem nada a ver com isso aqui. (...) Agora, a vantagem que você tem no grão, na soja, é que as multinacionais, todas te dão dinheiro. Se você amanhã não tiver terra, não tiver dinheiro, [mas] tiver um contrato de arrendamento para plantar soja, a multinacional, a *trading* te dá adubo, semente, defensivo, tudo a troco da sua soja. Tem um custo, mas dá na hora. (...) Tive lá no Maranhão, por exemplo. Nós fizemos um *pool* gigantesco lá, de sete ou oito fazendas. Meu filho faz parte desse grupo que compra. Nós fazemos uma compra para um volume gigantesco de terra por um preço... (...) Tem fazenda no Piauí, Maranhão, no Pará. Senta, compra para todo mundo. (...) Tem soja e milho e tem a pecuária. Só que nos insumos, nós compramos tudo junto. Numa área de 53 mil hectares essas sete fazendas, e compra tudo junto. (...) A assistência técnica é a mesma para sete fazendas. Você compra tantas toneladas disso, tantas daquilo. Acabou, comprou, desfaz... acabou. Então, não tem custo. (...) Antes a gente até exportava junto. A gente estava com uma *trading*. Agora cada um faz o seu negócio. Nós tínhamos um silo em comum, e então agora cada

um tem o seu silo. E nós crescemos também. E separou para longe, 200km e fica difícil manter, porque cada um tem a sua estrutura, mas nós fazemos a operação de compra tudo em conjunto.<sup>5</sup>

A centralização de capitais, na forma de *pools* ou no crédito das *tradings*, permite, segundo o interlocutor, a constituição da estrutura, mostrando uma mobilidade do capital que, além de não se apegar minimamente aos valores de uso que produz, sugere um aumento contínuo dos elementos do capital constante sobre o montante total do capital empregado. Esse aumento da composição orgânica dos capitais na fronteira agrícola materializa-se sobretudo nas máquinas de grande porte, emblemáticas de uma produção altamente mecanizada e que demanda parcelas cada vez mais insignificantes de capital variável. Os elos financeiros com o banco, a permitir a compra das terras, com as *tradings* e multinacionais, a permitir a continuidade da produção e com os mecanismos de *hedging*, a permitir um controle parcial das vendas, evidenciam uma territorialização do agronegócio que está longe ser apenas paulista. Isto é, o avanço da zona velha de colonização, tornada área *core* da metrópole internalizada, investindo sobre outra zona de colonização antiga, não devidamente metropolizada no processo, aponta para a ausência de autonomia de ação dos pioneiros paulistas (ou sulistas), explicitamente atrelados às dinâmicas mais desdobradas do capital financeiro internacional.

### **c) A chegada das imobiliárias transnacionais agrícolas e a revelação do nexos com o capital fictício**

A partir de 2013 iniciamos uma série de visitas à “região” do MATOPIBA, a fim de apreendermos os fenômenos de expropriação de terras sobre comunidades rurais na recente territorialização do capital daquilo que se passou a denominar (equivocadamente) de “última fronteira agrícola” no Brasil, fenômenos estes movidos pela expansão recente da produção de soja do Centro-Oeste para a região em questão. Nos anos subsequentes, em cinco ocasiões diferentes, passamos pelo oeste da Bahia, sul do Maranhão e sul do Piauí.

Podemos explicitar que a abertura da fronteira agrícola por meio do desmatamento direto do Cerrado nativo nas áreas de chapada do MATOPIBA para implantação da produção de soja mecanizada, a expropriação dessas áreas por meio da grilagem de terras (que anteriormente eram devolutas e de apropriação por parte de comunidades rurais) e as personificações que movem a territorialização do capital que ali vem ocorrendo diferem tanto na forma em que ocorrem quanto no seu sentido em relação aos dois casos acima

---

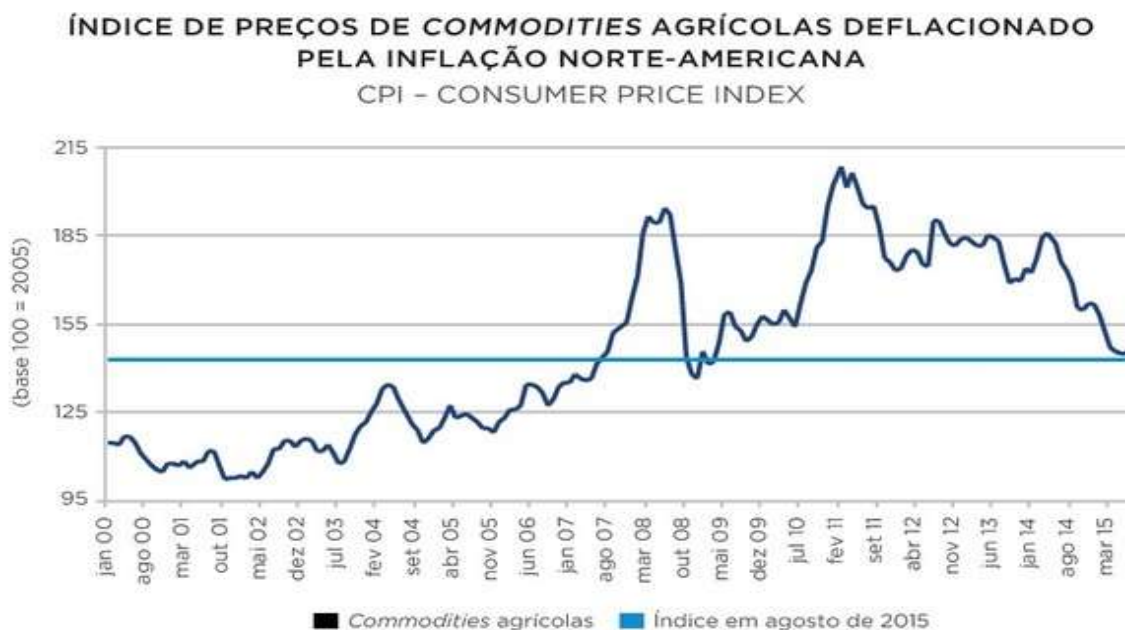
<sup>5</sup> A longa citação da entrevista indica, todavia, por meio das lacunas deixadas pelas reticências entre parênteses a manipulação explícita da fonte. Provavelmente, outras abordagens escolhessem exatamente os trechos ali saltados, direcionando para outras conclusões a mesma fala. Entretanto, nos escoramos no relato do fazendeiro paulista para indicar elementos da sua experiência de pioneirismo na fronteira do MATOPIBA.

apresentados neste texto: o primeiro referente ao relato de Sr. Paulo que, apesar de não se subsumir estritamente à dinâmica de uma região de expansão da pecuária, predominante na primeira metade do século XX no Brasil, diz respeito a um momento em que o posseiro “abria” a fronteira e era continuamente expropriado pela expansão da fazenda pecuária (MARTINS, 1975); e o segundo se refere à expansão da fronteira, já da passagem dos anos 1980 para os 1990, no qual grandes proprietários do sul do país, com produção de soja mecanizada e altamente tecnificada, territorializavam em intensidade, mas também extensivamente, uma agroindústria já financeirizada (mediada pelo capital a juros) também na região em questão.

Recentemente, por sua vez, o capital ali presente tem como seu determinante fundamental capitais a juros transnacionais (de proveniência tanto do Brasil, como de outros países), investidos tanto na produção de soja com alta composição orgânica do capital nas áreas de chapada, quanto investidos na terra como ativo financeiro, em um processo que se auto-re-alimenta. Eis aqui a novidade. Para entendermos tal fenômeno, brevemente iremos aqui apresentar o caminho de nossas pesquisas, os quais nos conduziram a tais apreensões, e que têm implicações para a crítica teórica que aqui sugerimos.

Desde 2003, viemos acompanhando a expansão da agroindústria sucroenergética no Centro-Sul do Brasil. Sugerimos que a partir de 2002/2003 iniciou-se um “ciclo” de alta dos preços das *commodities* nos mercados de futuros internacionais, que fomentou a expansão em termos de produção e produtividade, como em área (extensão), das principais *commodities* produzidas no Brasil (incluídas aí o açúcar, no caso a cana-de-açúcar, como sua matéria-prima; e a soja, para focarmos nas duas que serão aqui apresentadas). Tal ciclo esteve relacionado a uma alta especulativa de tais preços, que apostava no crescimento econômico da China, como justificativa para alavancar rendimentos financeiros (PITTA, 2016) que provinham da realimentação altista destes em mercados de derivativos.

**Gráfico 1: Índice de preços de *commodities* agrícolas deflacionado pela inflação norte-americana.**



Fonte: FMI; U.S. Bureau of Labor Statistics

Org.: SERIGATI, 2015.

Determinada por tais preços, a territorialização da produção de cana-de-açúcar, açúcar e etanol no Brasil (principalmente no Centro-Sul), a partir do mesmo período, moveu o aumento da produtividade dos canaviais, assim como a expansão em área dos mesmos (PITTA, MENDONÇA & XAVIER, 2012). As empresas fornecedoras de cana e as usinas se endividavam em até cinco safras sobre os preços futuros do açúcar no mercado internacional (em dólar, a juros baixos) e prometiam pagar suas dívidas com entrega de açúcar exportado para as *tradings* que as financiavam (PITTA, 2016). Mecanização da colheita de cana, expansão para os estados de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, expulsão da força de trabalho do processo produtivo, mortes nos canaviais e condições análogas à escravidão sobre pilotos de colhedeiros mecânicos foram e são realidades deste processo.

A partir de 2008, com a crise “financeira” e capitalista mundial (KLIMAN, 2012), ocorre uma queda brusca desses preços especulativos, conforme podemos observar no Gráfico 1, acima. Tais preços se recuperam (devido a novo “ciclo de liquidez” internacional, relativo à impressão de dinheiro movida pelos bancos centrais de EUA e União Europeia), mas apresentam uma tendência de queda a partir de 2012, que se aprofunda a partir de 2014. Diversas são as usinas que entram em recuperação judicial e falência a partir de 2008 em diante (PITTA, 2016).

Pesquisando sobre as consequências deste processo, verificamos que algumas empresas, determinadas por tais características da territorialização do capital no campo brasileiro no século XXI, haviam passado a investir na terra como mercadoria como seu

principal negócio. Desde 2008, Radar S/A, SLC LandCo., BrasilAgro S/A, Insolo Agropecuária, Vision Investimentos, para citarmos só algumas<sup>6</sup>, foram criadas, resultado da fusão de grandes monopólios do agronegócio brasileiro com capitais financeiros transnacionais a fim de investirem estritamente no negócio com terras.

Em um primeiro momento, formulamos como hipótese, que muitas das empresas em dificuldade financeira estariam adquirindo terras a fim de servirem de lastro para novas rodadas de endividamento na tentativa rolar dívidas anteriores, com as quais estavam insolventes. Porém, tal hipótese não se confirmava na realidade, posto que diversas empresas da agroindústria sucroenergética não tinham capital, nem acessavam capital de empréstimo para tanto. Expandiam sua área por meio de arrendamentos apenas, na tentativa de entregar em açúcar e, minimamente, garantir seus compromissos financeiros. As empresas que haviam criado o novo negócio de terras como ativo financeiro não abrangiam a totalidade das empresas do setor sucroenergético, nem da produção de soja. Apenas alguns grupos, ao se associarem com investidores transnacionais que também aportavam grandes volumes de capital no negócio, é que constituíram imobiliárias agrícolas transnacionais e estavam adquirindo terras nas áreas de fronteira agrícola, como o MATOPIBA.

O caso da empresa Radar S/A sintetiza o que estamos aqui tentando explicitar. Em pesquisa de 2015 (PITTA & MENDONÇA, 2015 e 2018), constatou-se que a empresa Radar S/A – proveniente da fusão entre Cosan S/A (maior conglomerado de usinas de açúcar, etanol e eletricidade do país) e TIAA (Teachers Insurance Annuity Association), fundo de pensão dos professores dos EUA, com mais de 1 trilhão de dólares de patrimônio – estava comprando fazendas em Balsas/MA, Alto Parnaíba/MA, Santa Filomena/PI, entre outras cidades do MATOPIBA. Estas aquisições foram feitas em áreas que não tinham qualquer relação com a expansão em área para produção de cana-de-açúcar, sendo o açúcar o ativo original como mercadoria produzida até então pela Cosan S/A. Estavam adquirindo terras muito baratas, fazendas recentemente formadas a partir de grilagens de terras, expropriações e desmatamento direto do Cerrado, no MATOPIBA. A terra como ativo financeiro havia se tornado o negócio em questão.

Em trabalho de campo realizado em Santa Filomena/PI, município muito próximo de Monte Alegre e Bom Jesus (citados acima por Sr. Paulo) e também próximo a Balsas e São Raimundo das Mangabeiras, no Maranhão (citada acima por Ivan Aidar), visitamos a Chapada Até Que Enfim / Fortaleza. Ali, SLC LandCo, Radar S/A e Insolo Agrícola (com investimentos da Universidade de Harvard – ver, REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2018) possuem fazendas que produzem soja, mas também apresentam boa

---

<sup>6</sup> Para maior detalhamento ver Pitta, Cerdas e Mendonça (2018).

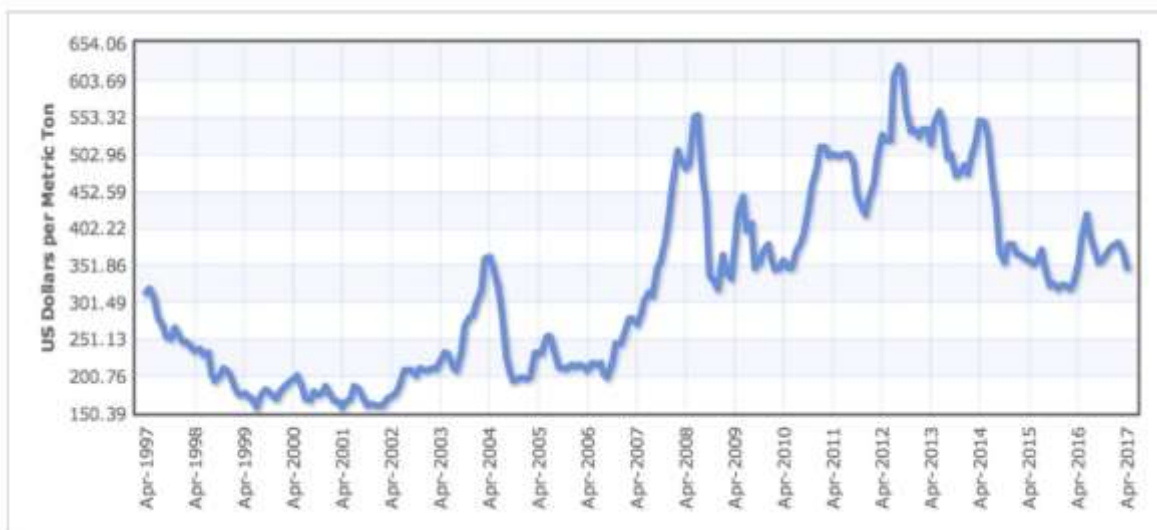


parte de suas áreas ainda com Cerrado nativo não desmatado (VALOR ECONÔMICO, 01 de abril de 2013b). Em alguns momentos das visitas de campo nos foi possível presenciar o próprio processo de desmatamento do Cerrado e a formação da fazenda. Ao mesmo tempo, e isso é sintomático, no final de 2016, a Cosan S/A vendeu a grande maioria de suas participações na Radar S/A para o fundo TIAA (manteve 3% das mesmas), realizando a renda capitalizada da terra em relação aos preços que pagou ao adquirir suas propriedades quando da formação da empresa (VALOR ECONÔMICO, 30 de set. de 2016).

Em relação à SLC LandCo, Insolo Agrícola e BrasilAgro, vale dizer que o capital transnacional de origem de seus investimentos provém tanto da agroindústria da soja como de capitais financeiros internacionais. Com a alta dos preços das *commodities*, ocorreu, assim como no caso da produção de açúcar no Centro-Sul, expansão em produção, produtividade e área para produção de soja e especulação com a mesma em mercados de futuros internacionais e foi somente após isso que imobiliárias agrícolas transnacionais, focadas nos investimentos na terra como ativo financeiro, foram formadas (PITTA, CERDAS & MENDONÇA, 2018).

O segundo problema de pesquisa, então, em relação à formação de tal tipo de empresa e de investimento, assim como sua presença prioritária no MATOPIBA, passou a ser o seguinte: como tais empresas investiam capital e logravam realizar seus rendimentos financeiros com a compra e venda de terras nesta região de formação de fazendas e expansão da fronteira com soja, em um momento de queda nos preços das *commodities*, inclusive nos preços da soja, como é possível se verificar no Gráfico 2, abaixo?

**Gráfico 2: Preço da soja anual, Bolsa de Chicago, em US Dólares (1997 – 2017).**



Fonte: Banco Mundial (2017)<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/commodities/?commodity=soybeans&months=240>>. Acesso em: mai. 2017.

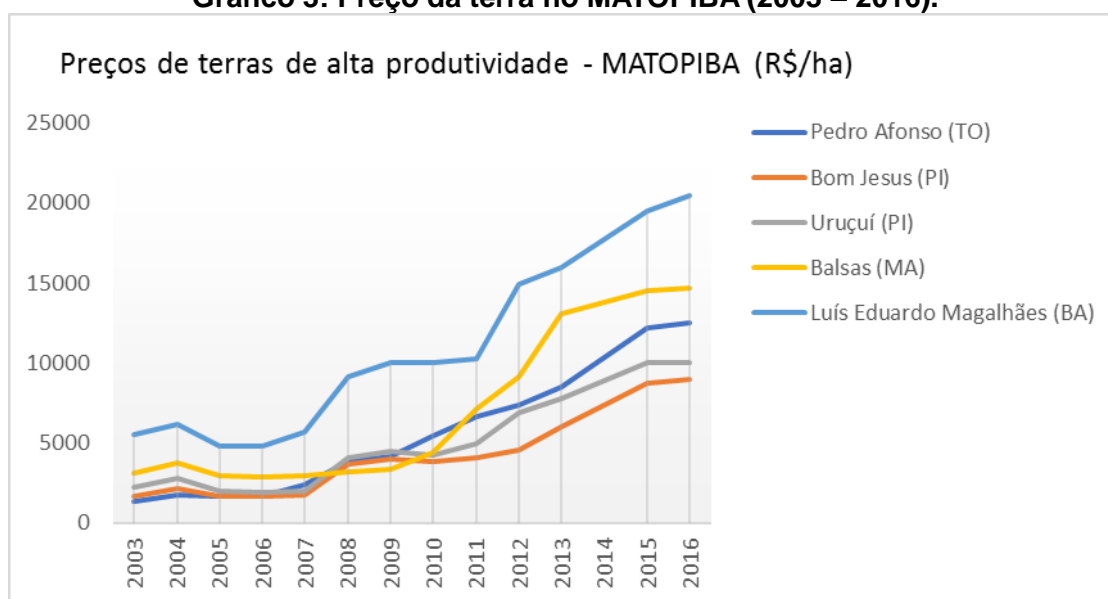
Ao mesmo tempo, é possível apreender que os preços da terra como ativo financeiro não pararam de subir, pelo menos desde 2007. A Tabela 1 e o Gráfico 3, abaixo, podem ser interpretados como sendo a terra um dos principais ativos financeiros para investimentos da última década (aproximadamente) e especialmente no MATOPIBA:

**Tabela 1: Comparação da inflação de ativos financeiros no Brasil (2013-2016 e 2006-2016).**

Indicador	Valorização no período (3 anos)	Valorização no período (10 anos)
<b>Dolar</b>	39%	52,70%
<b>Renda Fixa (CDI)</b>	43,51%	183%
<b>BOVESPA</b>	28,95%	38,10%
<b>Ouro</b>	30,33%	164%
<b>Terra</b>	15,66%	220%

Fonte: SLC, 2017, p. 62.  
Org.: Cassio A. Boechat

**Gráfico 3: Preço da terra no MATOPIBA (2003 – 2016).**



Fonte: InformaEconomics/FNP<sup>8</sup>.

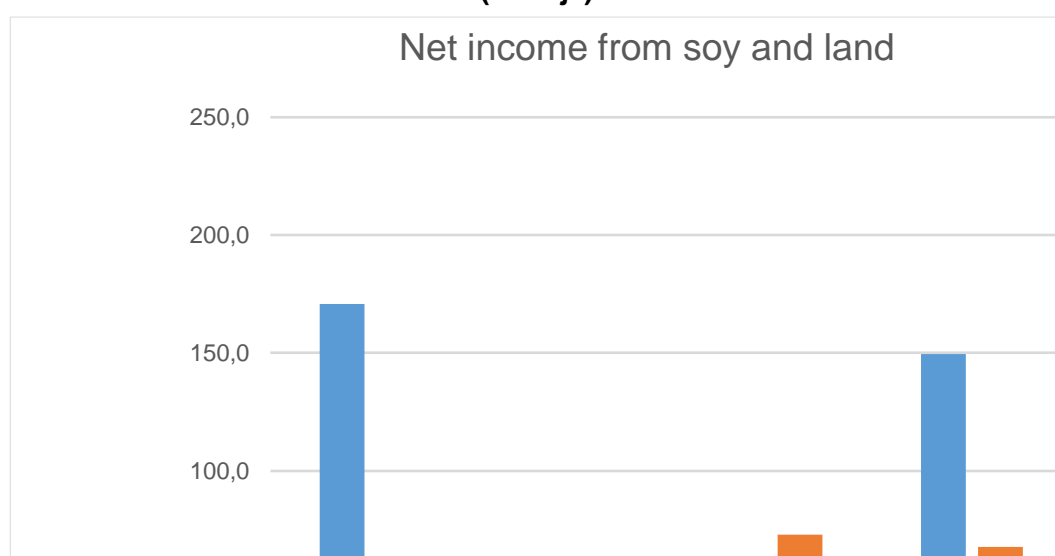
Org.: Débora Lima. Preços corrigidos pelo IGP-M (índice Geral de Preços do Mercado) para abril de 2015. Atualização para os anos de 2015 e 2016 por Tim Steinweg e Hilde van Dijkhorst (AidEnvironment-Holanda)

Até mesmo na contabilidade das empresas (sempre uma *objetividade fantasmagórica* – MARX, 1983 – e um discurso interessado, assim como os dados acima apresentados até aqui e os quais interpretamos, vale explicitarmos) aqui supracitadas, os rendimentos com a terra como ativo financeiro aparecem como tendo se tornado mais relevantes que a própria produção e comercialização das *commodities* nas quais centravam

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.informaecon-fnp.com>.

seus investimentos até então, como é o caso dos dados apresentados abaixo para a SLC Agrícola para o ano de 2016 (holding da qual a SLC LandCo faz parte). Temos, assim, que o preço da terra se autonomiza dos preços futuros, já especulativos das *commodities* (BRENNER, 2003; onde o autor já prevê o *boom* das *commodities* após a quebra da bolsa de tecnologia estadunidense NASDAQ, em 2001; e KURZ, 2011<sup>9</sup>) – os quais, em tese, deveriam apenas capitalizar uma renda da terra relacionada a tais preços (DELGADO, 1985, p. 204) – e se tornam um negócio à parte capaz de realimentar o processo de inflação de seu preço conforme haja continuidade de demanda sobre o mesmo.

**Gráfico 4: Receitas SLC Agrícola/LandCo, em R\$ milhões (2011-2016), Soja (azul) x Terra (laranja).**



Fonte: SLC, 2017a  
Org.: Tim Steinweg (AidEnvironment ONG).

A terra como ativo financeiro no Brasil, que pode funcionar como a ação de uma empresa negociada em bolsa de valores – em um mercado a fim de realizar ganhos de capital, ou seja, rendimento de capital a juros (ou fictício, quando não vinculado a um processo de exploração e realização social de mais-valia no tempo de trabalho socialmente necessário para tanto – MARX, 1985, L. III, Seção V) por meio da diferença entre o preço de compra e o de venda do ativo – já havia sido apreendida por estudiosos do tema como Ignácio Rangel, Baastian Reydon, Guilherme Delgado, a partir dos anos 1970/1980, justamente após a constituição de um “sistema financeiro nacional”, nos termos de Maria da Conceição Tavares (1972). Investimentos de empresas em terra, em momentos

<sup>9</sup> Assim, a prosperidade brasileira dos últimos anos assenta em pés de barro. O sucesso de exportação baseia-se principalmente em matérias-primas industriais e agrícolas, como minério de ferro, açúcar, etanol (biocombustível a partir de cana de açúcar), café e carne. A forte subida dos seus preços estimulou o crescimento e as reservas de divisas. Com uma recessão global esse processo pode ser rapidamente revertido (KURZ, 2011, p. 1).

reconhecidos como de crise econômica brasileira, ocorreram em anos pretéritos. Porém, o que podemos explicitar aqui é a possibilidade de um processo altista no preço da terra se realimentar, como numa lógica de bolha especulativa, por exemplo (KURZ, 1995), movido pela criação de transnacionais especializadas particularmente neste tipo de investimento.

## Considerações finais

Após apresentarmos o terceiro caso, podemos sugerir como responder às perguntas acima formuladas para este item, o como e por que a terra passou a se tornar um ativo financeiro interessante para o capital a juros transnacional em anos recentes (com especial apreço pela região do MATOPIBA para seus negócios), conforme explicita Delgado:

Proprietários de ativos financeiros e de recursos naturais – terras, recursos hídricos, minas e campos petrolíferos, normalmente estariam preocupados com a reversão dos preços externos das “commodities”. Alguns de fato sentiram a crise, como é o caso das grandes empresas do setor – PETROBRÁS, Vale do Rio Doce – ALBRAS-ALUNORTE etc., cujos negócios externos encolheram. Mas há uma via secreta de apropriação de fundos públicos, a dívida pública e o mercado de terras que vêm sendo mantidos artificialmente valorizados, para salvar a renda fundiária e a renda financeira em uma economia de crescimento zero ou negativa (DELGADO, 2015).

As áreas de chapada, e podemos nos ater ao caso da região do sul do Piauí aqui, com parte considerável do Cerrado nativo ainda de pé, apresentaram aprofundamento de processos de grilagem e formação de fazendas desde o início do ciclo de alta dos preços das *commodities*, a partir de 2002. A formação de uma fazenda sobre terras devolutas, que porém eram utilizadas secularmente por comunidades rurais locais, apresenta custos muito baixos e, diferentemente do período regional ao qual nos referimos anteriormente, não ocorre sobre trabalho pretérito de posseiros (*frente de expansão*), que “abrem” a fronteira, desmantando a floresta e implantando suas roças a serem posteriormente expropriadas pela fazenda pecuária que avançava sobre as mesmas (*frente pioneira*), repondo o processo para áreas mais distantes. Contrata-se, em geral, dois tratores e um “correntão”, que devastam o Cerrado, e se forjam os títulos fundiários a um preço irrisório, que pode subir exponencialmente em razão da continuidade de procura por tal ativo, tornando-se, na fronteira, um atrativo negócio para o capital fictício ali aplicado com muito pouco trabalho vivo, que passa a buscar, na terra, o *ganho de fundador* (ver DELGADO, 1985, 2012).

A própria produção de soja tecnificada, com plantio e colheita mecanizados controlados por satélites (GPS) e com incorporação de muito pouco trabalho vivo ao processo produtivo (e conseqüentemente caracterizada, assim, por alta composição orgânica de seus capitais), coloca-nos a pergunta acerca de como tais capitais logram se

valorizar – por exemplo, no momento de alta especulativa dos preços das *commodities* e de recente alta especulativa do preço da terra, na “região” aqui abordada – explorando muito pouco trabalho vivo, a saber, a própria substância do capital (MARX, 1983; KURZ, 1995)<sup>10</sup>.

Ao mesmo tempo, os membros das comunidades expropriadas, que logram manter algumas áreas de moradia nos baixões, de onde retiram água e onde plantam suas roças, não são incorporados como força de trabalho nas recém-implantadas empresas produtoras de soja, exatamente por apresentarem alta composição orgânica de seus capitais. Assim, não são incorporados como força de trabalho assalariado, conforme esperaríamos de um processo de *acumulação primitiva* de capital clássico (MARX, 1983, L.I, Tomo II, cap. XXIV). Muitos se submetem às piores condições de trabalho disponíveis no mercado, em condições precárias e análogas à escravidão (muitas vezes temporariamente na própria formação das fazendas), ao mesmo tempo em que mantêm parcelas de posses (nos baixões) que só se sustentam a partir de políticas públicas financiadas a capital fictício (como forma de controle de populações) e que, com as presentes crises econômica e política brasileiras, vão sendo novamente jogados a sobreviver em condições de miséria. Vale a ressalva de que tais políticas distributivistas financiadas a capital fictício vinham sendo possibilitadas também pelo “ciclo” de *boom* dos preços das *commodities* e pela expansão (em produção, área e produtividade) baseada na especulação com seus preços futuros, que trazia divisas para o Brasil, hoje bem mais limitadas.

Desta maneira, teria sido a expansão supramencionada que iniciou a alta no preço da terra em nível nacional (DELGADO, 2012<sup>11</sup>), a partir de 2002/2003, mas que, após a reversão da alta dos preços das *commodities*, autonomizou-se dos mesmos e parece configurar uma bolha financeira por si mesma. Áreas novas, com baixo custo para serem formadas e com alta potencialidade de terem seus preços inflacionados, explicam a grande presença recente das novas imobiliárias agrícolas na região do MATOPIBA, em especial no sul do Piauí, região de concentração contemporânea das mesmas.

Importa aqui ainda uma ressalva final. Quando abordamos o fenômeno das expropriações recentes na assim chamada “última fronteira agrícola” brasileira por parte de um capital a juros transnacional em busca de rendimentos relacionados a um capital fictício; e ao mesmo tempo explicitamos as diferenças na forma e no sentido de condicionamento deste processo, o fazemos para nos diferenciarmos de formulações que vislumbrariam uma

---

<sup>10</sup> Tal pergunta também fizemos para tentarmos sugerir explicações para a crise da agroindústria sucroenergética quando da crise do capital de 2008 e da queda abrupta nos preços das *commodities* internacionais e início das falências das usinas no Brasil, falências que continuam ocorrendo até hoje, após profundo processo de mecanização da produção de cana-de-açúcar e expulsão da força de trabalho de tais processos produtivos (PITTA, 2016).

<sup>11</sup> “O movimento de expansão da exportação na década passada, com destaque à exportação de produtos primários que demonstramos na seção precedente, suporta um processo intenso de valorização das terras agropecuárias e irá propiciar uma clara reversão do ciclo de desvalorização [da terra], observado nos anos 1990 [...] O processo de relançamento da valorização fundiária, visto que este mesmo surto fora observado no período 1967/86, reflete o *boom* de *commodities* mundiais da década [de 2000]” (DELGADO, 2012, p. 97-98).

reposição de um “rentismo à brasileira” (p. ex, OLIVEIRA, 2016). Segundo tal tese, a especulação com a terra e a apropriação da renda da terra seria a tônica do *patrimonialismo* (FAORO, 1989) que configuraria e fundamentaria a história da formação brasileira e que se reporia até os dias de hoje. Aqui, por outro lado, sugerimos que o que se repõe é o capital como forma mercadoria de mediação social e contradição em processo, ou seja, repõe-se, mas em movimento contraditório e em crise (BOECHAT, PITTA & TOLEDO, 2017).

Assim, especulação com terras e acumulação de capital no período regional, quando da formação de um mercado de terras e de trabalho assalariado no Brasil (até os anos 1950/60) não podem ser equiparados à especulação com a terra como ativo financeiro atualmente; e acumulação de capital hoje precisa aqui ser questionada, dado o fundamento fictício da mediação do capital a juros, que aqui apresentamos por meio da forma da expropriação de terras ocorrer (SCHOLZ, 2016) e da determinação do *boom* dos preços das *commodities* para a aparência de reprodução ampliada das agroindústrias brasileiras no século XXI, até a crise de tais preços e as falências a esta atreladas, inclusive falência do que de forma aconceitual se denomina por “economia brasileira nacional” (o que não exclui o elemento de crise política que deve ser trazido para a análise, mas que se relaciona com esta a chamada “crise econômica”, para nós, vale a ressalva, determinada pela crise do capital como totalidade social fragmentada – SCHOLZ, 2016).

Territorialização do capital hodierna, seja na abertura de novas fazendas com desmatamento do Cerrado ou apenas cercamento de terras devolutas no MATOPIBA (a serem posteriormente negociadas, como vimos no caso da Radar S/A), mas também com produção do espaço a partir de processos de “destruição criativa” (HARVEY, 2011) em termos de fronteira interna, porém, com expulsão do trabalho vivo do processo produtivo (sendo este o fundamento da acumulação capitalista como forma atual da dominação social), levam-nos a nos perguntarmos sobre o que significa acumulação de capital hoje<sup>12</sup>. O caso da fronteira agrícola do MATOPIBA poderia inadvertidamente ser mal enquadrado, já que poderia parecer que os capitais ali aplicados estariam interessados em realizar acumulação de capital por meio da apropriação direta de tais “recursos naturais”. Como a exploração direta de meios de produção não-produzidos, sem exploração do trabalho, poderia produzir reprodução ampliada de capital deveria ser uma pergunta a ser ao menos formulada. No mínimo, algo teria mudado no capitalismo contemporâneo e tais mudanças deveriam ser categorialmente explicitadas para se defender que a forma atual de reprodução do capital não depende mais de exploração de mais-valia de processos de trabalho vivo em empresas produtivas de capital, mas que a natureza produziria valor *per se*

---

<sup>12</sup> Aqui incluímos, também, um questionamento sobre formulações que se apropriam da tese da acumulação por despossessão de David Harvey (HARVEY, 2011) para interpretar processos atuais de apropriação capitalista de meios de produção não-produzidos (também aconceitualmente denominados “recursos naturais”).

(ver crítica a isso em VECINA, 2018), algo que nos remete a uma fisiocracia, como se a materialidade das coisas ou a própria natureza contivessem valor em si mesmas. Reforçando a crítica ao fetichismo das mercadorias, discordamos totalmente dessa formulação.

## Referências

BOECHAT, Cássio Arruda. O conceito de “pioneiro” na Geografia, na contraposição de estudos sobre a expansão cafeeira e a citrícola. In: *Confins*, nº. 21, 2014.

\_\_\_\_\_. Região do colonato: Mobilização do trabalho e autonomização do capital na área de Olímpia (1857-1964) do Oeste Paulista. Dissertação. PPGH, 2009, FFLCH-USP.

BOECHAT, Cássio A., PITTA, Fábio T. e TOLEDO, Carlos de A. “Land grabbing e crise do capital: possíveis intersecções dos debates”. Rio de Janeiro: *Revista GEOgraphia*, UFF, v. 19, nº 40, 2017.

BOECHAT, Cássio Arruda e KLUCK, Erick Gabriel Jones. O debate sobre as “sete teses do mundo rural brasileiro”: um breve balanço recente sobre a modernização (conservadora). *Estudos Sociedade e Agricultura*, junho de 2017, vol. 25, n. 2, p. 430-455.

BOECHAT, Cássio A., LEITE, Ana Carolina G.; e TOLEDO, Carlos de A. “Archéologie de la question agraire au Brésil: du labor grabbing au land grabbing”. Paris : *EchoGéo*, v. 41, 2017.

BORRAS JR., Saturnino. M.; KAY, Cristobal; GÓMEZ, Sergio; WILKINSON, John. “Land grabbing and global capitalist accumulation: key features in Latin America”. *Canadian Journal of Development Studies*, v. 33, n. 4, 2012, p. 402-416.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Câmara dos Deputados: projeto de resolução 159. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980. 8p.

BRENNER, Robert. *O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z, 2014. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. (org.) *O mundo rural no Brasil do século 21*. Brasília: Embrapa. (p. 1.159-1.186).

CLEMENTS, Elizabeth A; FERNANDES, Bernardo M. “Land grabbing, agribusiness and the Peasantry in Brazil and Mozambique”. In: International Conference on Global Land Grabbing II: LDPI, 2012.

CUNHA, Euclides da. Os Sertões. São Paulo: Três, 1984 (Biblioteca do Estudante). Domínio público. Disponível em < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000091.pdf>>. Sítio consultado em 05 ago. 2018.

DAVIDOFF, Paulo. *Dívida Externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos 1970*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

DEBORD. Guy. *A sociedade do espetáculo/ Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEFFONTAINES, Pierre. Geografia humana do Brasil. In: Revista Brasileira de Geografia. Vol. 1, no. 1, 1939.

DELGADO, Guilherme. *Capital Financeiro e Agricultura: 1965-1985*. São Paulo: Ícone, 1985.

\_\_\_\_\_. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio - mudanças cíclicas em meio século*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

\_\_\_\_\_. "Apropriação financeira na crise". São Paulo: *Correio da Cidadania*, 11 de agosto de 2015. Disponível em: <[http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=11016:2015-08-11-17-27-52&catid=72:imagens-rolantes](http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11016:2015-08-11-17-27-52&catid=72:imagens-rolantes)>. Acesso em julho de 2017.

DIAS, Maria Odila S. Leite. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2ª ed., São Paulo: Alameda, 2009. (325 p.)

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: 8ª ed., Globo, 1989. (750 p.)

FLORÊNCIO, Rafael. *A construção já é ruína - A tropicália de Caetano Veloso sob o processo de modernização do território brasileiro*. São Paulo. Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Geografia Humana, FFLCH/USP, 2018.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala – Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2000.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Publifolha, 2000.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.

HARVEY, David. *A Condição Pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

\_\_\_\_\_. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. *O Enigma do Capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

HEIDEMANN, Heinz D.; TOLEDO, Carlos de Almeida & BOECHAT, Cássio Arruda. O trabalho no Brasil: traçado interpretativo de sua história e de sua crítica. In: Estudos Avançados, IEA/USP, vol. 28, n. 81, 2014.

JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY (JICA). *Economic and social impacts of Agricultural Development of the Cerrado*. Tóquio: JICA, 2017.

KLIMAN, Andrew. *The failure of capitalist production: underlying causes of the great recession*. Londres: PlutoPress, 2012.

KOHLHEP, Gerd. A importância de Leo Waibel para a geografia brasileira e o início das relações científicas entre o Brasil e a Alemanha no campo da geografia. In: Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, Blumenau, v., n. 2, 2013, p. 29-75.

KURZ, Robert. A ascensão do dinheiro aos céus: os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de casino e a crise financeira global. Lisboa: 1995. Disponível em: <[o-beco.planetaclix.pt/rkurz101.htm](http://o-beco.planetaclix.pt/rkurz101.htm)>. Acesso em julho de 2017.

\_\_\_\_\_. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.



\_\_\_\_\_. *O fim do boom das matérias-primas*. Lisboa: 2011. Disponível em: <http://o-beco.planetaclix.pt/rkurz395.htm>. Acesso em julho de 2017.

\_\_\_\_\_. *Os últimos combates* 5ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto – O município e o regime representativo no Brasil*. 3ª. Ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

LEITE, Ana C. Gonçalves, *O campesinato no Vale do Jequitinhonha: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015 (762 p.).

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital – contribuição ao estudo econômico do imperialismo/ Anticrítica*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Livro I, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Série "Os Economistas").

\_\_\_\_\_. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Livro III, Tomo I e II. São Paulo: Abril Cultural, 1985 (Série "Os Economistas").

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. Hucitec, São Paulo: 8ed., 2000.

\_\_\_\_\_. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009 (187p.)

\_\_\_\_\_. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, , 1975.

MENDONÇA, Maria Luisa. *Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de agronegócio*. São Paulo: 2013. Tese (Doutorado em Geografia), FFLCH, USP.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec / Polis, 1998.

\_\_\_\_\_. "As estruturas agrárias da faixa pioneira paulista". In: Boletim Geográfico, Conselho Nacional de Geografia – IBGE, ano XI, no 112, janeiro – fevereiro de 1953.

MORAES. A. C. R. de., 2003. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Annablume. (130 p.)

NIERDELE, P. A.; WESZ Jr., Valdemar J. *As novas ordens alimentares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

NOVAIS, Fernando A. *Considerações sobre o sentido da colonização*. São Paulo: In: Revista do IEB, IEB-USP, no. 6, 1969.

\_\_\_\_\_. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 8ª. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1987.

\_\_\_\_\_. *A mundialização da agricultura brasileira*. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

PETRONE, Pasquale. *Simpósio Perspectivas da colonização no Brasil*. São Paulo: Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, v. 18, 1973, p. 49-59.

PITTA, Fábio. *As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008*. São Paulo: 2016. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10052016-140701/pt-br.php>>. Acesso em jul. 2017.

PITTA, Fábio; BOECHAT, Cássio e MENDONÇA, Maria Luisa. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. Belo Horizonte: *Estudos Internacionais*, v. 5 n. 2, p. 155-179, 2017.

PITTA, Fábio T., CERDAS, Gerardo e MENDONÇA, Maria Luisa. *Imobiliárias agrícolas transnacionais e a especulação com terras na região do MATOPIBA*. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2018.

PITTA, Fábio T. e MENDONÇA, Maria Luisa. *A empresa Radar S/A e a especulação com terras no Brasil*. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2015. Disponível em: <<https://www.social.org.br/files/pdf/RevistaREDE2015paranet%202.pdf>>. Acesso em julho de 2017.

\_\_\_\_\_. International Financial Capital and the Brazilian Land Market. Califórnia/EUA: *Latin American Perspectives* (LAPs), v. 45, n. 5, setembro de 2018.

PITTA, Fábio T.; MENDONÇA, Maria Luisa e XAVIER, Carlos Vinicius. *A Agroindústria canavieira e a crise econômica mundial*. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Editora Outras Expressões, 2012. Disponível em: <<http://www.social.org.br/relatorioagrocombustiveis2012.pdf>>. Acesso em julho de 2017.

PITTA, Fábio T.; XAVIER, Carlos Vinicius; NAVARRO, Cristiano; MENDONÇA, Maria Luisa. *Empresas Transnacionais e Produção de Agrocombustíveis no Brasil*. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Editora Outras Expressões, 2014. Disponível em: <[https://www.social.org.br/Empresas\\_transnacionais\\_e\\_producao\\_de\\_agrocombustiveis\\_no\\_Brasil.pdf](https://www.social.org.br/Empresas_transnacionais_e_producao_de_agrocombustiveis_no_Brasil.pdf)>. Acesso em jul. 2017.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 2000.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS / GRAIN. *O fiasco agrícola bilionário da Universidade de Harvard*. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos / Grain, 2018.

SCHOLZ, Roswitha. Cristóvão Colombo Forever? Para a crítica das actuais teorias da colonização no contexto do "Colapso da modernização". Lisboa: 2016. Disponível em: <[http://www.obeco-online.org/roswitha\\_scholz24.htm](http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz24.htm)>. Acesso em jul. 2017.

SCHOLZ, Roswitha. Forma social e totalidade concreta – Na urgência de um realismo dialéctico hoje. Lisboa: 2009. Consultado na página da Internet: <http://obeco.planetaclix.pt/roswitha-scholz12.htm>, em 11 nov. 2013.

SEABRA, Manoel; GOLDENSTEIN, Lea. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. São Paulo: *Revista do Departamento de Geografia*, n. 1, p. 21-47, 1982.

SERIGATI, Felipe. A última peça do velho cenário. São Paulo: *Agroanalysis*, agosto de 2015. Disponível em: < <http://www.agroanalysis.com.br/index.php/10/2015/mercado-negocios/commodities-agricolas-a-ultima-peca-do-velho-cenario>>. Acesso em jul. 2017.

SLC. *Relatório de desempenho 1T17*. Porto Alegre: SLC, 2017. Disponível em <<http://ri.slcagricola.com.br/>>. Acesso em jul. 2017.

SMITH, Adam. *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1974 (Coleção "Os pensadores").

SORRE, Max, 1984. Migrações e mobilidade do ecúmeno. In: SORRE, M. *Max Sorre, Geografia*, São Paulo, Ática. (p. 124-139)

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

TOLEDO, Carlos de Almeida. *A região das Lavras Baianas*. São Paulo: Orientador Heinz Dieter Heidemann. Depto. de Geografia, FFLCH-USP, 2008.

\_\_\_\_\_. A urgência de domínio nas práticas da Light na eletrificação, mobilização e produção do espaço: um estudo da metropolização brasileira. Goiás: *Revista Territorial*, v. 1, n. 1, p. 20-46, 2002.

VALOR ECONÔMICO. "Megaprodutores consolidam a última fronteira". São Paulo: *Valor Econômico*, 01 de abril de 2013a. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3067284/megaprodutores-consolidam-ultima-fronteira>>. Acesso em jul. 2017.

VALOR ECONÔMICO. "10 grupos têm um terço da nova fronteira da soja". São Paulo: *Valor Econômico*, 01 de abril de 2013b. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3067336/dez-grupos-tem-um-terco-da-nova-fronteira-da-soja>>. Acesso em jul. 2017.

VALOR ECONÔMICO. "Cosan vende parte de suas ações na Radar para Mansilla por 1,065 bi". São Paulo: *Valor Econômico*, 30 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/4731589/cosan-vende-parte-de-suas-acoes-na-radar-para-mansilla-por-r-1065-bi>>. Acesso em jul. 2017.

VECINA, Cecilia. *As comunidades "quilombolas" em Eldorado (Vale do Ribeira/SP) e a mobilização do trabalho imposta pelo PRONAF: a relação entre a expropriação e a autonomização das categorias sociais capitalistas*. São Paulo: FFLCH/USP, Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, 2018.

WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. 2ª. ed coment. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

---

## Sobre os autores

---

**Cássio Arruda Boechat** – Graduação em Letras pela Universidade de São Paulo (USP); Graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP); Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); Docente na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0003-4280-6347>.

---

**Fábio Teixeira Pitta** – Graduação em História pela Universidade de São Paulo (USP); Graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP); Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); Pós-doutorando do departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP) e Pós-Doutorando na Freie Universität Berlin; Bolsista da

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP); **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-5460-9669>.

---

**Carlos de Almeida Toledo** – Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo (USP); Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); Docente na Universidade de São Paulo (USP); **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-3617-1026>.

---

### **Como citar este artigo**

---

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. “Pioneiros” do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 87-122, Dossiê MATOPIBA, 2019.

---

### **Declaração de Contribuição Individual**

---

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). Todas as etapas de pesquisa, formulação de conteúdos e redação do texto foram realizadas pelos 3 autores do artigo, **Cássio Arruda Boechat, Fábio Teixeira Pitta e Carlos de Almeida Toledo**, coletivamente. Ressaltamos que não há responsabilidade maior de um autor do que de outro. Os 3 autores estudam e pesquisam juntos há mais de 15 anos (Heidemann, Toledo e Boechat, 2012). Lêem conjuntamente e formulam a interpretação que apresentam no presente artigo no Grupo de Crítica do Valor-Dissociação, da Geografia, USP (Heidemann, Toledo e Boechat, 2012). Realizaram trabalho de campo, redigiram as passagens acerca da formação do mercado de trabalho e da terra no Brasil e no MATOPIBA no século XX, acerca dos pioneiros do MATOPIBA e da terra como ativo financeiro na região do MATOPIBA atualmente, assim como fizeram a revisão do artigo. Tal composição foi feita em reuniões coletivas com os 3 autores, portanto possuem as mesmas responsabilidades quanto ao resultado final do artigo aqui apresentado.

Recebido para publicação em 21 de setembro de 2018.

Aceito para a publicação em 10 de janeiro de 2018.

---